

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL | DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO



PEDIDO DE TOMBAMENTO
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL | SP

PARCERIA INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL E CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA USP

FICHA TÉCNICA

Coordenação

José Armênio de Brito Cruz - presidente do IAB-SP

José Tavares Correia de Lira - diretor do Centro de Preservação Cultural

Equipe

Bárbara Marie Van Sebroeck L. S. Martins - CPC-USP

Mariana Pinheiro de Carvalho - CPC-USP

Paula Gorenstein Dedecca

Sabrina Studart Fontenele Costa - CPC-USP

Pedro Mendes da Rocha - IAB-SP

Silvio Oksman - IAB-SP

Emerson Fioravante - IAB-SP

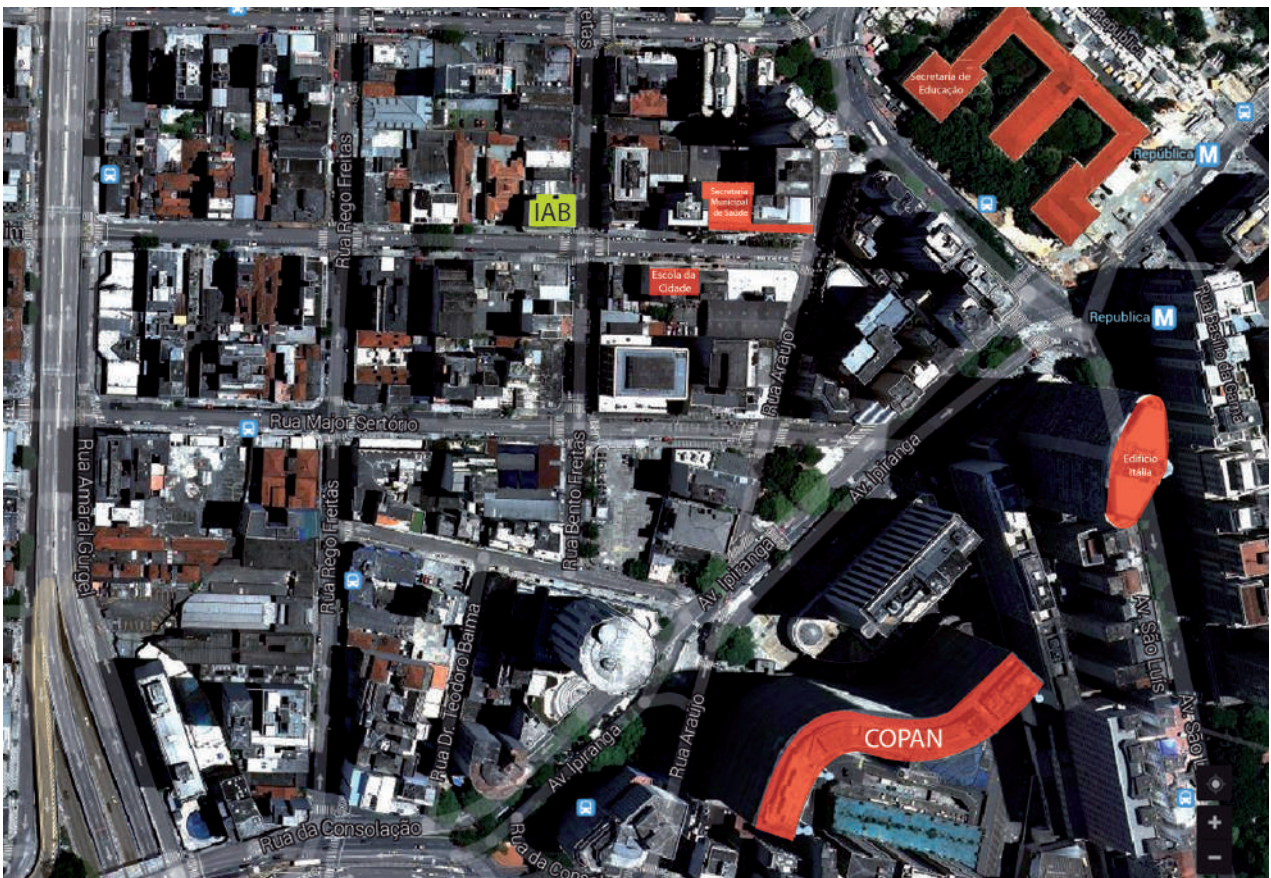
IDENTIFICAÇÃO DO BEM

Endereço

Rua Bento Freitas, 306 - Vila Buarque, São Paulo, SP

Uso

Instituto de Arquitetos do Brasil | Departamento São Paulo



SUMÁRIO

1. Justificativa do pedido de tombamento

2. Identificação do proponente

3. Caracterização arquitetônica do bem

4. Caracterização histórica e cultural do bem

5. Depoimentos

5.1 Carlos Lemos

5.2 Romeu Duarte

5.3 Ceça Guimarães

5.4 Julio Roberto Katinsky

5.5 Lauro Cavalcanti

5.6 Abilio Guerra

6. Registros para caracterização do bem

6.1 Desenhos

6.1.1 Antigos

6.1.2 Atuais

6.2 Fotografias

6.2.1 Antigas

6.2.2 Atuais

6.3 Documentos

6.3.1 Ata da fundação do IAB-SP

6.3.2 Ata da compra do terreno do IAB-SP

6.3.3 Ata do julgamento do concurso

6.3.4 Resolução de tombamento do Condephaat

6.3.5 Roteiro de Arquitetura Contemporânea - 1962

6.3.6 Arquitetura Moderna Paulistana - São Paulo - 1983

6.3.7 Architectural Guide - Brazil - 2013

6.3.8 São Paulo: Cidade e Arquitetura | Um Guia - 2014

1. BREVE JUSTIFICATIVA

O presente pedido de tombamento se refere ao edifício sede do IAB – Departamento de São Paulo, localizado à rua Bento Freitas, 306. A importância histórica e artística do edifício está ligada tanto às notáveis qualidades da obra arquitetônica, como ao papel que a instituição ali sediada representou para o país no que diz respeito à afirmação da arquitetura moderna, à constituição do campo profissional da arquitetura, ao compromisso de arquitetos e urbanistas com a realidade nacional e à dinamização da vida cultural paulista e brasileira na segunda metade do século XX.

O IAB constitui uma das instituições profissionais de maior relevo no Brasil contemporâneo, protagonizando lutas e realizações importantes no campo intelectual e profissional da arquitetura, assim como desempenhando papel ativo na história cultural e política do país. O Departamento de São Paulo da instituição foi criado em 1943, e hoje se constitui no maior Departamento regional do país. Já em seu nascimento, o IAB-SP atuou de maneira destacada a nível nacional, tendo sediado em janeiro de 1945 o I Congresso Brasileiro de Arquitetos, e seus membros tomados parte dos debates do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no mesmo ano em São Paulo.

Desde cedo o IAB vinculou-se à causa da arquitetura moderna internacional, assumindo também compromissos com o desenvolvimento social e técnico-industrial do país. A partir de 1964, durante os difíceis tempos da ditadura militar, o órgão atuou publicamente na firme defesa da democracia, caracterizando-se como um espaço de resistência democrática reconhecido por toda a sociedade brasileira. No final dos anos 1970, já em tempos de distensão do regime, sediou importante congresso nacional voltado à reflexão do papel dos arquitetos no desenvolvimento nacional, preservando sua tradição de luta pela construção de um país democrático e voltado para o interesse de seu povo. Hoje, a defesa da arquitetura como um instrumento da sociedade na melhoria das suas condições de vida, bem como a afirmação da Arquitetura Brasileira como um dos principais ícones da nossa cultura no plano mundial, são os principais eixos de atuação do Instituto. Atuando em um país que é hoje essencialmente urbano, o IAB desempenha neste momento papel fundamental na estruturação de ferramentas para a construção/transformação das nossas cidades e regiões.

Fruto de um concurso público que movimentou toda a classe profissional brasileira no segundo pós-guerra, a obra foi projetada e construída entre 1947 e 1951. O

concurso teve como júri, os arquitetos Firminio Saldanha, presidente do IAB na época, Oscar Niemeyer, Gregori Warchavchik, Hélio Uchoa e Fernando Brito, que em seu parecer final, considerando tratar-se da sede do próprio Instituto e a qualidade e afinidade de ideias de alguns dos projetos apresentados, recomendou a fusão de esforços das três equipes finalistas de um conjunto de 13 propostas apresentadas, para que desenvolvessem um projeto em conjunto. As três equipes eram compostas por figuras destacadas do meio profissional da época, incluindo arquitetos paulistas e cariocas de renome, como as equipes compostas por Rino Levi e Roberto Cerqueira César; e Abelardo de Souza, Hélio Duarte e Zenon Lotufo, assim como jovens profissionais que vinham se destacando no cenário profissional paulistano no período, como a equipe formada por Jacob Ruchti, Miguel Forte e Galiano Ciampaglia. Além de suas singulares qualidades arquitetônicas, a sede do IAB também abriga preciosas obras de arte, como painel de Antonio Bandeira, no hall de entrada; móvel de Alexander Calder, no mezanino; mural de Ubirajara Ribeiro no bar e escultura de Bruno Giorgi no próprio escritório do IAB.

Resultado de um esforço conjunto de toda uma categoria profissional em um momento decisivo da história, o edifício sintetiza e materializa um conjunto de lutas em prol da afirmação profissional, da arquitetura brasileira e da função social do arquiteto, constituindo-se em um dos principais registros da arquitetura moderna em São Paulo. Recém-construída, a obra foi reconhecida pela ousadia de concepção e sua fortuna crítica resistiu até o presente, tendo recebido a atenção de alguns dos principais historiadores da arquitetura moderna no Brasil, como Henrique Mindlin, em seu *Modern Architecture in Brazil*, de 1956; e de Carlos Lemos e Alberto Xavier, em *Arquitetura Moderna Paulistana*, de 1983. A obra e seu acervo artístico são tombados a nível estadual pelo CONDEPHAAT, conforme a Resolução SC 41/02, de 17/01/2002, e municipal, conforme a Resolução no. 44/92 do CONPRESP, de 11/12/1992. O seu tombamento pelo IPHAN permitirá estabelecer com justeza a sua importância histórica e arquitetônica como um dos principais marcos cultura moderna no Brasil, o que certamente permitirá a sua correta preservação material.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) é uma entidade sem fins lucrativos, que congrega arquitetos unidos em torno de um objetivo principal: o contínuo aprimoramento da arquitetura e feita no Brasil, em defesa e em benefício do ambiente de vida de todos os que aqui habitam, em defesa e em benefício das paisagens urbanas e não urbanas do país, as quais constituem elementos essenciais da cultura nacional, sendo patrimônios inestimáveis da população brasileira. A busca desse objetivo é o elemento que dá sustentação e sentido a quaisquer ações e iniciativas do IAB, seja no campo da defesa do digno exercício profissional da arquitetura e dos seus princípios éticos mais elevados, seja no campo do ensino da arquitetura e de sua divulgação entre pessoas não diretamente ligadas ao exercício dessa profissão.

Sendo a mais antiga das entidades brasileiras voltadas aos temas ligados à arquitetura e ao exercício da profissão de arquiteto-urbanista (o IAB é herdeiro direto do Instituto Brasileiro de Architectura, que foi fundado no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1921), o sistema IAB goza de grande prestígio e respeito não só entre os quase 100 mil profissionais de arquitetura e urbanismo atualmente existentes no país, mas, também, entre os estudantes desta profissão, bem como entre o público leigo em geral. Tais prestígio e respeito decorrem não só dos mais de 90 anos de experiência e ação continuada, que são parte fundamental do patrimônio do IAB, mas, principalmente, do conteúdo desta ação, que foi sempre marcado pela defesa incondicional da qualidade da arquitetura feita no Brasil e pela defesa da qualidade dos lugares em que vivem as populações das diferentes regiões do país, considerados tanto seus aspectos funcionais, ecológicos e ambientais, quanto seus aspectos históricos e artísticos.

O Departamento de São Paulo do IAB surgiu em 1943 e desde então vem protagonizando lutas e realizações importantes no campo intelectual e profissional da arquitetura, bem como na história cultural e política do estado e do país. Integrado ao sistema IAB nacional, é o maior Departamento do país com atuação marcante desde a sua fundação. Já em seu nascimento viria a cumprir papel central na instituição, sediando em janeiro de 1945 o I Congresso Brasileiro de Arquitetos e tomando parte ativa dos debates do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no mesmo ano. Desde cedo o IAB assumiria as causas da arquitetura moderna, seus compromissos sociais e apostas no desenvolvimento técnico-industrial do país. A partir de 1964, o órgão também viria a desempenhar papel público fundamental na firme defesa da democracia durante os difíceis tempos da dita-

dura militar, caracterizando-se como um espaço de resistência democrática reconhecido por toda a sociedade brasileira. Hoje, a defesa da arquitetura como um instrumento da sociedade na melhoria das suas condições de vida, bem como a afirmação da Arquitetura Brasileira como um dos principais ícones da nossa cultura no plano mundial, são os principais eixos de atuação do Instituto, preservando sua tradição de luta pela construção de um país democrático e de fato voltado para o interesse de seu povo. Atuando em um país que é hoje essencialmente urbano, o IAB desempenha neste momento papel fundamental na estruturação de ferramentas para a construção/ transformação das nossas cidades.

O Instituto vive de suas contribuições associativas e de apoios e patrocínios aos seus programas, os diretores não são remunerados e realizam todas as suas atividades voluntariamente.

3. CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA DO BEM

Fruto de um concurso público que movimentou toda a classe profissional brasileira, a sede do IAB - Departamento de São Paulo foi projetada e construída entre 1947 e 1951. Tendo como júri, os arquitetos Firminio Saldanha, presidente do IAB na época, Oscar Niemeyer, Gregori Warchavchik, Hélio Uchoa e Fernando Brito, o parecer final do concurso, considerando a qualidade e afinidade de ideias de alguns dos projetos apresentados e tratar-se da sede do próprio Instituto, sugeriu que seria desejável e justo que as três equipes finalistas, de um conjunto de 13 propostas, desenvolvessem um projeto em conjunto. As três equipes eram compostas pelos seguintes arquitetos: Rino Levi e Roberto Cerqueira César; Jacob Ruchti, Miguel Forte e Galiano Ciampaglia; e Abelardo de Souza, Hélio Duarte e Zenon Lotufo, sendo o projeto final sido elaborado no escritório de Rino Levi, com a participação de todos os arquitetos.

O edifício sede do IAB é um marco da história da arquitetura brasileira e um dos principais registros da arquitetura moderna em São Paulo. Já em seu tempo a obra foi reconhecida pela ousadia de concepção, sua fortuna crítica resistiu até o presente, tendo recebido a atenção de alguns dos principais historiadores da arquitetura moderna no Brasil, como Henrique Mindlin, em seu *Modern Architecture in Brazil*, de 1956, p.235; e de Carlos Lemos e Alberto Xavier, em *Arquitetura Moderna Paulistana*, de 1983. Para Mindlin, trata-se do “resultado de um esforço realmente notável da seção de São Paulo, e particularmente de seu presidente, na época, Eduardo Kneese de Mello, responsável em grande parte pela idéia original e pelo sucesso da sua implementação”.¹ Para Lemos e Xavier, o edifício “foi concebido por grande equipe de arquitetos responsáveis pelos projetos considerados de melhor qualidade, quando do concurso havido em 1947”².

Se no Rio de Janeiro da década de 1930, projetos emblemáticos entre outros como o Ministério da Educação e Saúde, o aeroporto de Santos Dumont e a Associação Brasileira de Imprensa, também uma sede de entidade corporativa, assinalam as primeiras grandes realizações da arquitetura moderna, em São Paulo esse processo ocorreria alguns anos mais tarde. A sede do IAB, juntamente com outros edifícios, a maioria produto da iniciativa privada, como o Prudência (1944), de Rino Levi, o Louveira (1946), de Vilanova Artigas, e o do Estado de S. Paulo (1946), de Heep e Pilon, introduzem uma nova fase da produção arquitetônica, na qual grandes desenvolvimentos projetuais e construtivos se

1 MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 1999, p.232.

2 Carlos Lemos e Alberto Xavier. *Arquitetura moderna paulistana*. São Paulo, Pini, 1983, p.17.

desenvolvem em paralelo à expansão e verticalização da cidade.

Com estrutura independente, vedação em cortina de vidro, a sua volumetria é resultante da perspicaz interpretação que os arquitetos souberam fazer do repertório modernista cultivado no Rio de Janeiro desde a década anterior, bem como das injunções locais, relacionadas ao programa de usos, à legislação construtiva e à sua inscrição urbana. Uma boa descrição do imóvel pode ser encontrada no parecer técnico que acompanha o processo de tombamento junto ao Condephaat: “o edifício expressa externamente uma clara subdivisão tripartida. A ampla base, que se relaciona em gabarito com as construções vizinhas mais antigas, compreende no térreo, uma sala polifuncional, o hall de acesso e, acima, o andar duplo para a sede social do instituto. O corpo central compreende quatro andares destinados a escritórios porém marcados, em relação ao corpo central, pelo recuo das janelas que foram assim projetadas, segundo Mindlin, ‘para atender ao Código de Construção’, que permite a extensão das lajes dos pisos, em balanço, até o alinhamento, desde que seja exclusivamente para fins de proteção da chuva e do sol’. No subsolo, hoje ocupado por um auditório do IAB, funcionou por muito tempo o ‘Clube dos Artistas e Amigos da Arte’. Os acessos são totalmente independentes. O subsolo e a sede social do instituto são servidos por escada privativa, primorosamente projetada e os escritórios pelo corpo de elevadores. Destaca-se, no interior do edifício, a solução do pé direito duplo que integra o restaurante e o salão de reuniões da sede social do instituto.”³

Mobilizando, portanto, as exigências legais como dados definidores do projeto, resolvendo exemplarmente um programa complexo, ao mesmo tempo institucional, social, cultural e comercial, a solução oferecida produz um sofisticado jogo plástico e ao mesmo tempo permite a valorização do plano da calçada e a relação com a paisagem urbana. Além de suas qualidades arquitetônicas muito singulares, a sede do IAB também incorpora algumas preciosas obras de arte, como o painel de Antonio Bandeira, no hall de entrada; o móvel de Alexander Calder, no mezanino; o mural de Ubirajara Ribeiro, no bar, e a escultura de Bruno Giorgi, no próprio escritório do IAB.

Os seis andares superiores são reservados para escritórios, que durante muitos anos abrigaram os ateliês de importantes arquitetos paulistas, como João Vilanova Artigas, Fábio Penteadó, Paulo Mendes da Rocha, entre outros.

3 Paulo Sérgio Del Negro; *Estudo de tombamento do edifício-sede do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo*. Parecer Técnico. Condephaat, 2001

O edifício está localizado na área central da cidade de São Paulo, historicamente identificada como centro novo, que abrange a área compreendida entre o Vale do Anha-gabaú, o largo do Arouche e rua da Consolação. Trata-se de uma área com condições urbanas privilegiadas, de forte referência para a sociedade paulistana, concentração de equipamentos culturais e institucionais e um amplo acervo de obras arquitetônicas representativas de várias épocas, inclusive com a presença de uma série de edifícios tombados. Entre alguns de seus marcos edificados, há dezenas de edifícios excepcionais de consagrados arquitetos, entre os quais o Instituto de Educação Caetano de Campos, de 1895, projetado por Francisco de Paula Ramos de Azevedo, criador do primeiro curso de arquitetura na cidade, ao Complexo do Copan, da década de 1950, de Oscar Niemeyer, o mais conhecido arquiteto brasileiro. Enquanto tal, a área se distingue também por sua vitalidade social e interesse turístico.

Sendo a sede do IAB constantemente visitada, além dos sócios da instituição, por estudantes e interessados em arquitetura.

A sede do IAB é tombada a nível estadual pelo CONDEPHAAT, conforme a resolução SC 41/02, de 17/01/2002, publicada no DOE 23/01/2002, p. 27, com inscrição nº 331, na pg. 84 do Livro do Tombo Histórico, em 07/02/2002, que além da justificativa do seu valor arquitetônico, apresenta o argumento de que o edifício “resulta do esforço conjunto de um grupo de arquitetos comprometidos com a implantação e a difusão dos princípios da arquitetura moderna em nosso meio, num momento marcado, no imediato pós-guerra e após o regime ditatorial de Getúlio Vargas, pelo clima de “redemocratização” do país e do “ressurgimento” paulista. A nível municipal, a sede do IAB foi também incluída na Resolução no. 44/92 do Conpresp, de 11/12/ 1992, que determinou a abertura do processo de tombamento dos IMÓVEIS ENQUADRADOS NA ZONA DE USO Z8-200.

Apesar de seu valor histórico, cultural e social o edifício encontra-se deteriorado pela falta de manutenção constante, necessitando urgente intervenção de restauro.

Além de seu reconhecido valor arquitetônico e de sua referência para os profissionais e estudantes da área, a sede do IAB tem importante significado simbólico como palco e fórum permanente de lutas sociais pela justiça e liberdade, e pela melhoria das condições da profissão do arquiteto.

4. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO BEM

O IAB e a profissão do arquiteto

O Instituto de Arquitetos do Brasil é a mais antiga das entidades brasileiras voltadas ao exercício da profissão de arquiteto-urbanista. É herdeiro direto do Instituto Brasileiro de Arquitetura, que foi fundado no Rio de Janeiro em 1921. Por sua representatividade e ação continuada ao longo de mais de 90 anos de experiência, a instituição goza de grande prestígio entre os quase 100 mil profissionais de arquitetura e urbanismo atualmente existentes no país, assim como entre estudantes e o público leigo em geral. Sua ação foi sempre marcada pela defesa da qualidade do ambiente habitado bem como da arquitetura e do urbanismo em todo o país, considerando tanto seus aspectos funcionais, ecológicos, sociais, históricos e artísticos, como as condições do exercício e a ética profissional.

A primeira definição legal brasileira das atribuições do arquiteto e do engenheiro foi determinada em 1933, pelo decreto federal no 23.569, que criou o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Sistema CREA-CONFEA), e serviu, sobretudo, para delimitar as fronteiras entre a atuação dos “diplomados” e a dos práticos licenciados e mestres de obras. Contudo, neste momento, ao atrelá-la ao fazer politécnico, não se estabeleceu uma visão distinta, social ou legal do arquiteto como um profissional específico e diferenciado, sendo suas competências exclusivas restritas ao paisagismo, à grande decoração e às obras de caráter essencialmente artístico ou monumental. Desde então, a insatisfação com tal coincidência legal – que teria somente um desfecho em 2011, com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) – tornou-se central na luta dos arquitetos pela definição dos contornos de sua atuação e mote importante para a arregimentação de tais profissionais ao redor de um novo órgão associativo, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – que ganhou esta denominação em 1934, após a reforma estatutária do antigo Instituto Brasileiro de Arquitetura.

No cenário local, o Departamento paulista do Instituto, criado em 1943, tornou-se uma instância agregadora e um instrumento de luta dos profissionais da cidade e do estado, até então unidos por fracos laços corporativos em entidades consideradas pouco representativas de suas ambições, como o Instituto de Engenharia (IE-1911), que apesar de sua seção de arquitetura mantinha um evidente predomínio politécnico; e o Instituto

Paulista de Arquitetos (IPA-1930), liderado, sobretudo, por engenheiros-arquitetos de tendência acadêmica e que teria pouca representatividade nacional e vida curta.

A partir da articulação entre o engenheiro arquiteto Eduardo Kneese de Mello (1906-1994) e os arquitetos cariocas reunidos ao redor da Direção Nacional do IAB, sediada no Rio de Janeiro, um grupo de associados paulistas organizou no dia 06 de novembro de 1943, uma sessão especial no Salão de Conferências da Biblioteca Municipal Mario de Andrade e fundou o Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil. Como objetivos nacionais, colocava-se em pauta a necessidade de uma reaproximação com os problemas vitais da nacionalidade. Para os arquitetos paulistas, a união nacional da classe tornaria possível influir na solução dos problemas sociais e no estreitamento das relações com a sociedade civil e as demais profissões. Em âmbito local, ressaltava-se a importância da atuação do arquiteto no planejamento urbanístico da cidade frente ao seu crescimento vertiginoso e no atendimento às necessidades de projeto resultantes deste novo ciclo de expansão metropolitana que se iniciava⁴.

Os primeiros eventos realizados por esta seção local do IAB, como o I Congresso Brasileiro de Arquitetos, que ocorreu em 1945, são considerados marcos na afirmação desta nova geração de arquitetos atuantes no país e simbolizam tanto um primeiro momento de união dos arquitetos paulistas em torno do IAB – local e nacional –, como uma aproximação aos debates da arquitetura moderna e a constituição de um intercâmbio mais estreito com os profissionais do Rio de Janeiro, que há pouco vinham assistindo com entusiasmo a enorme repercussão de que suas obras eram objeto, nacional e internacionalmente⁵.

Tendo por finalidade estatutária a promoção cultural do grupo e a associação voluntária, a ampliação do corpo associativo do IAB local nos anos 1950 exprime, de um lado, o grande alargamento do meio profissional paulista – de 38 sócios em 1943, para 243 em 1950 e, finalmente, 715 sócios em 1960 – e, de outro, sua centralidade como órgão da classe no período, ainda que não representasse a totalidade dos arquitetos que atuavam na cidade⁶.

4 Ata da Sessão Especial para Fundação do Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil realizada na cidade de São Paulo a 6 de novembro de 1943.

5 “O I Congresso Brasileiro de Arquitetura”. *Acrópole*, 81-82, jan.fev. 1945.

6 DURAND, José Carlos Garcia. *A profissão de arquiteto: estudo sociológico*. Guanabara: CREA, 1974.

De seu corpo diretivo inicial, é possível destacar a presença recorrente de arquitetos importantes para o debate profissional e cultural em âmbito local e nacional – como Eduardo Kneese de Mello, Oswaldo Arthur Bratke, Rino Levi, Ícaro de Castro Mello, João Batista Vilanova Artigas, Hélio Duarte, Plínio Croce, Luiz Inácio de Anhaia Mello, Oswaldo Correia Gonçalves, Abelardo de Souza, Roberto Cerqueira Cesar, Eduardo Corona, Joaquim Guedes, Fabio Penteado, dentre outros. De maneira precária, logo após sua fundação, a diretoria local se reunia nos escritórios de arquitetura dos próprios diretores, até 1944, quando a instituição alugou o subsolo do edifício Esther - um dos marcos iniciais do modernismo arquitetônico paulista- marcando o início das atividades sociais da entidade⁷. Em uma época de grande efervescência política e cultural na região do centro novo, o salão do IAB logo se tornaria ponto de encontro de intelectuais e artistas de toda a cidade – como Oswald de Andrade, Aldo Bonadei, Tarsila do Amaral e Aldemir Martins –, recebendo personalidades estrangeiras e acolhendo diversas exposições, além de audições de movimentos musicais, como o Música Viva⁸.

Foi o Congresso Brasileiro de Arquitetos, de 1945, que impulsionou o movimento para construção de uma sede própria, antes “um sonho que parecia irrealizável”, superado pela “força de cooperação dos arquitetos paulistas”, que o tornou possível⁹. Alguns contos de réis, recebidos pela cessão do subsolo do Edifício Esther para a Boate Oásis, foram suficientes para a aquisição do terreno na Rua Bento Freitas 306, onde seria construído o edifício, financiado pela Caixa Econômica Federal e projetado por Rino Levi, Roberto de Cerqueira César, Abelardo de Souza, Hélio Duarte, Zenon Lotufo, Jacob Ruchti, Galiano Ciampaglia e Miguel Forte, selecionados em um concurso interno de 13 anteprojetos analisados em 24 de outubro de 1946 por um júri composto pelos arquitetos Hélio Uchoa, Oscar Niemeyer e Firmino Saldanha.

O I Congresso Brasileiro de Arquitetos, inaugurado em 26 de janeiro de 1945 e organizado pelo recém-criado IAB local, teve como um dos temas principais o problema das condições de vida no país, impondo-se inclusive sobre as preocupações com os interesses corporativos mais restritos¹⁰. Ligada ao embate pela legitimação da profissão e a um novo imaginário que informava a renovação da prática, emerge uma dimensão desde então cívica na qual o arquiteto passa a discutir, a partir de prismas variados, sua função

7 “Notas sobre o IAB São Paulo” *Acrópole*, 184, jan.1954.

8 “Notas sobre o IAB São Paulo” *Acrópole*, 184, jan.1954.

9 “Sede do Instituto de Arquitetos do Brasil - departamento de São Paulo”, *Acrópole*, 121, 1948.

10 “I Congresso Brasileiro de Arquitetos”, *Acrópole*, 81-82, jan.fev.1945.

social e sua participação no processo de organização nacional, em meio ao processo de redemocratização do país.

O contato com as movimentações estudantis também é relevante após a construção da nova sede. As iniciativas de formação – escassas no início das atividades da entidade e centradas em algumas palestras e excursões culturais, possíveis pelo pequeno número de associados¹¹ – são ampliadas a partir da segunda metade da década de 1950, impulsionadas por uma maior aproximação da entidade com os diretórios acadêmicos das escolas de arquitetura paulistas recém-criadas, o DAFAM do Mackenzie e o GFAU da USP, combinando atividades de interesse comum¹². São diversos os cursos organizados que visam suprir conscientemente algumas deficiências do ensino formal de arquitetura destes anos. Em paralelo, inicia-se a organização de uma biblioteca – montada, sobretudo, com doações de associados e entidades da imprensa especializada – com serviço regular de empréstimos de livros e revistas¹³. Assim, se os estudantes de arquitetura lá encontram um ambiente capaz de lhes fornecer não só facilidades de ordem material, mas também oportunidades de confraternização e participação em atividades culturais, eles trazem, por sua vez, um frescor aos debates estéticos e políticos do IAB¹⁴, assegurando-lhe dinamismo e perpetuação no tempo.

Por outro lado, é de se notar as iniciativas do Instituto que visam promover, nacional e internacionalmente, o arquiteto paulista, através do estímulo e coordenação de sua participação em concursos e congressos, ambos em intensa proliferação no meio arquitetônico da época, designando usualmente um ou mais representantes, que, no momento de regresso, relatam seus principais pontos de debate. Tal intercâmbio também se dá por meio da publicação de notas e correspondências de viagens dos arquitetos locais e na acolhida a arquitetos estrangeiros que aqui chegam, promovendo palestras e confraternizações com os que estão de passagem ou facilitando sua “colocação” no mercado de trabalho para os que aqui pretendem ficar¹⁵.

11 “Excursão cultural de arquitetos “a Europa, sob o patrocínio do IAB”, *Acrópole*, 109, mai.1947. O roteiro abarcou Portugal, Itália, Alemanha, Suíça, França, Bélgica, Holanda e Inglaterra em 57 dias.

12 “Boletim Mensal do IAB-SP nº45”, *Acrópole*, 229, nov.1957.

13 “Boletim Mensal do IAB-SP nº23”, *Acrópole*, 207, jan.1956.

14 “Boletim Mensal do IAB-SP nº21”, *Acrópole*, 205, nov.1955.

15 Por exemplo: “Plínio Croce foi aos EEUU”, *Acrópole*, 192, ago.1954; “O encontro de arquitetos em Varsóvia”, *Acrópole*, 192, ago.1954.

Ao longo destes anos, o Departamento local do IAB se amplia e se consolida como entidade representativa, desfazendo-se, em parte, das relações informais inicialmente estabelecidas, e traçando planos que indicam este novo alcance da entidade, como, por exemplo, a criação de uma seção de previdência social, a construção de uma Estância de Férias para seus associados no litoral paulista e a instituição de uma assessoria jurídica permanente – que será responsável, mais à frente, pela criação do Sindicato dos Arquitetos¹⁶. Ao mesmo tempo, na medida em que a entidade adquire força nos cenários local e nacional, amplia-se o descontentamento com o Departamento Central do Instituto – que na opinião dos paulistas nada mais era do que um “Conselho do Rio de Janeiro” – e intensifica as manifestações para que este órgão assumisse sua centralidade, o que ocorre somente em 1957, desvinculando-se dos arquitetos da Guanabara e se concentrando nos assuntos de caráter nacional¹⁷.

Frente às promessas de desenvolvimento e ao agravamento dos problemas sociais em todo o país, os arquitetos passam a questionar os limites, julgados estreitos, de atuação do arquiteto. Uma nova possibilidade de atuação profissional, de maior escala, faz aumentar os estudos e debates em torno do problema da habitação e do crescimento urbano e regional, o que claramente fará diminuir no âmbito da instituição o foco nas questões projetuais. Já sob uma organização mais forte de classe, os arquitetos passam a defender propostas diversas de enfrentamento da questão, intensificando o embate por um novo alcance social de sua prática e colocando-se em face do problema urgente de melhoria das condições de vida na sociedade brasileira¹⁸.

Desde os anos 1950, o processo de modernização urbano-industrial do país levou a transformações importantes no mercado de trabalho e nos parâmetros de referência dos profissionais: das causas da arquitetura moderna, da identidade nacional, da unidade da classe para o enfrentamento das grandes disparidades sociais e regionais que afetam a profissão. Em seus primeiros anos, ao lado do embate pelo estabelecimento de novos parâmetros para a prática – agora vinculada ao ideário moderno – o IAB e seus con-

16 “Boletim Mensal do IAB-SP nº23”, *Acrópole*, 207, jan.1956; “Boletim Mensal do IAB-SP nº62”, *Acrópole*, 245, mar.1959.

17 “Convenção do IAB”, *Acrópole*, 175, nov.1952; “IAB - Departamento Central”, *Acrópole*, 190, jul.1954.

18 “O próximo Congresso da União Internacional dos arquitetos”, *AD*, 9, jan.1955; FERRAZ, Geraldo. “Meditação de fim de ano”, *Habitat*, 25, dez.1955; LEVI, Rino. “Pontos de vista sobre a arquitetura atual”, *Habitat*, 30.mai.1956.

gressos irão se concentrar nos debates sobre a legislação urbana e o planejamento das cidades. Ao seu crescimento desordenado e à crise habitacional emergente, são dedicados diversos eventos e textos críticos nos anos 1950, refletindo as variadas leituras do processo que se revezavam em defesa do estabelecimento de planos e regulamentações para o ordenamento da cidade, em um momento em que estas questões se politizavam como em raras ocasiões na história do país, substituindo o acento pragmático dos anos 1940¹⁹. Essa tendência culminou na organização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, que se realizou em duas etapas: a primeira em Petropolis, no Hotel Quitandinha, nos dias 24, 25, 26 e julho de 1963, e a segunda em São Paulo, na sede do IAB, nos dias 29, 30 e 31 de julho deste mesmo ano. Quatro foram os temas centrais do seminário: a situação habitacional do País: exposição e análise das condições; a habitação e o aglomerado humano; a reforma urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação.

Os resultados finais desses debates foram publicados na revista *Arquitetura*²⁰, a partir de relatórios produzidos por dois de seus participantes, Jorge Wilhelm e Joaquim Guedes, ambos filiados ao IAB-SP. “As propostas provenientes do SHRU foram uma síntese das discussões promovidas pelas instituições e segmentos progressistas da sociedade, sendo representativas da pauta dos arquitetos e de alguns setores do Estado naqueles anos. A presença governamental foi visível já na solenidade de abertura do evento, com o discurso de Clidenor de Freitas, presidente do IPASE, - órgão que apoiou o evento e a leitura de mensagens do presidente da República João Goulart e do presidente ao Congresso Nacional, que destacaram a gravidade dos problemas da habitação e do planejamento urbano no país. O apoio do Estado demonstrou a proximidade entre o poder público e os arquitetos, categoria majoritária no Seminário, que contou ainda com a participação de outros profissionais como engenheiros, assistentes sociais e economistas.”

21

19 BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. Por exemplo: GARCIA, Heitor A. Eiras. “Urbanismo”, *Acrópole*, 145, mai.1950; “Do pequeno ao grande, numa corrida”, *Habitat*, 1, out.dez,1950; FINA, Wilson M. “Rainha Destronada”, *Acrópole*, 173, set.1952; GARCIA, A. Eiras. “A opinião pública”, *Acrópole*, 167-68, mar.abr. 1952.

20 *Arquitetura*, n.15, setembro, 1963, p. 17-24.

21 Nabil Bonduki e Ana Paula Koury. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Em *Arquitextos*, 120.02. Ano 10, mai. 2010.

Com o golpe militar de 1964, os abalos sofridos pelo projeto nacional delineado nos anos anteriores levarão os arquitetos a repensarem as suas posições na sociedade. Até então eufóricos com as possibilidades que se abriam na construção do país e na reforma urbana

Também o aumento do número de arquitetos formados no país com a reestruturação do ensino superior nos anos 1980 e a abertura de novos cursos privados desde então, o Instituto irá se dedicar mais fortemente aos temas da atuação profissional e da discussão do ensino. Com o alargamento do campo, são criados os primeiros Núcleos do IAB-SP no interior do Estado.

Ao longo da década de 1990, reinicia-se o embate por um conselho profissional próprio, aprovado recentemente.

O IAB e a vida cultural e política

Em 1950, com a sede pronta – e quitada após a venda das unidades e andares excedentes a arquitetos e amigos –, iniciou-se um novo ciclo de realizações de caráter social, almejando se tornar um espaço importante para o debate profissional, além de ponto ativo para a sociabilidade cultural na cidade. De fato, ao longo dos anos, a nova sede construída acolheu personagens notáveis, além de sediar importantes eventos para a categoria profissional, para a cidade e para o país.

A tentativa de conformar uma unidade entre a classe, principal diretriz de suas diretorias ao longo da década, estruturava-se, de um lado, na luta pelo estabelecimento de condições legais do exercício profissional, de prestígio dos arquitetos e de uma expressão política da categoria, e, de outro, em eventos de confraternização que buscavam estabelecer práticas de sociabilidade – entre a categoria e com a cidade – independentes da pluralidade de pontos de vistas que a entidade reunia²².

Assim, ao lado do debate sobre os rumos da produção arquitetônica e a regulamentação da profissão, sobretudo em sua prática liberal; do estabelecimento do direito autoral; da consolidação de normas para a realização de concursos de arquitetura; da elaboração de um código de ética profissional, proliferam eventos sociais de caráter

22 “Relatório da diretoria 1955-1956”, *Acrópole*, 214, ago.1956.

mais amplo, impulsionados pela nova sede²³. Retomou-se, por exemplo, a rotina dos almoços semanais, que antes se realizavam na cobertura do edifício sede do jornal A Gazeta ou no Hotel Excelsior, organizaram-se jantares dançantes, exposições de pintura de arquitetos pintores, bailes de arquitetos, coquetéis para recepcionar recém-formados ao lado de seus familiares, sessões de projeção de filmes em acordo com a filmoteca do Museu de Arte Moderna²⁴.

É de se destacar a relação de vizinhança entre o terreno escolhido para a construção da nova sede, os espaços de trabalho de um grande número de arquitetos e uma enorme concentração de equipamentos culturais, como as organizações de cultura, instituições de ensino superior, inclusive de ambas as faculdades de arquitetura locais, museus, bibliotecas, cinemas, teatros, livrarias e galerias que conferiram lastro material à produção cultural e arquitetônica e adensaram o debate, local e internacionalmente. Mais do que isso, neste perímetro facilmente percorrido a pé, os bares, restaurantes e confeitarias que pontilhavam o centro novo se tornavam pontos de encontro com importante papel sociabilizador, reunindo jovens, estudantes, professores, intelectuais, artistas, políticos.

Por exemplo, à Rua Barão de Itapetininga, estavam instalados os escritórios de Gregori Warchavchik, Carlos Millan e Eduardo Corona, que dividiam o mesmo andar com David Libeskind. A algumas quadras, na Rua Major Sertório 84, atuava Abelardo de Souza e, a alguns metros dele, com a inauguração da seção local do IAB à Rua Bento Freitas 306, estabeleceram-se Alfredo Ernesto Becker, Ariosto Mila, Eduardo Kneese de Mello, Gastão Rachou Junior, Hélio Pasta, Ícaro de Castro Mello, João Clodomiro de Abreu, João Cacciola, Rino Levi e Vilanova Artigas. Poderíamos listar muitos outros arquitetos que se distribuíam nestas ruas centrais – como a Conselheiro Crispiniano, João Brícola, São Bento e Ipiranga –, permitindo uma sociabilidade imediata, intensamente vivenciada no andar pelas ruas e nas trocas e alianças possíveis graças à proximidade espacial²⁵.

23 Por exemplo, a sequência: “Os princípios éticos da classe dos arquitetos”, *Acrópole*, 161; “Princípios standart que regem o exercício da profissão de arquitetos nos Estados Unidos”, *Acrópole*, 165, jan.1952; CÉSAR, Roberto Cerqueira. “Normas básicas para concurso de arquitetura”, *Acrópole*, 166, fev.1952.

24 “Almoço no IAB”, *Acrópole*, 191, ago.1954; “Almoço das quintas-feiras”, *Acrópole*, 203, set.1955.

25 Tais informações foram retiradas dos *Indicadores Profissionais* publicados ao longo dos anos 1940 e 1950, tanto na revista *Acrópole* como na revista *AD*. Trata-se de uma listagem de arquitetos atuantes na cidade, com seus endereços e telefones. Não foi possível identificar se tal divulgação era co-

De fato, com a expansão da luta pela autonomia profissional desde a fundação do IAB, os arquitetos se afastaram dos espaços de debate politécnico e passaram a frequentar, com regularidade crescente, outros meios voltados à discussão mais ampla da cultura. Um novo convívio que, além de lhes libertar das amarras beaux-artianas, permitiu aos jovens arquitetos uma atualização e uma união sensível e comportamental à inteligência mais viva na cidade naqueles anos.

Assim, não é desprezível a importância da frequência dos artistas pelos arquitetos e dos escritórios dos arquitetos pelos artistas que, ao longo da década de 1940, tornou-se fato corriqueiro²⁶. Uma aliança diretamente ligada à associação de ambos os grupos a um clube comum, o Clube dos Artistas e Amigos da Arte, que inicialmente se instalou na antiga sede do IAB no edifício Esther, iniciando uma longa convivência mantida no edifício da Rua Bento Freitas. Reunindo em 1945 mais de 120 associados, o chamado “clubinho” se destacava como um dos principais centros da boemia artística e intelectual paulistana, lugar de encontro informal para discussão das coisas de arte.

Aliada à atualização artística gerada pela nova cultura urbana, a Bienal de Arte de São Paulo, organizada pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo, criado em 1948, amplia os horizontes da produção brasileira ao romper o círculo local em que se desenrolavam as atividades e referências artísticas, dando solo à multiplicidade e complexidade de intercâmbios que passavam a arejar o ambiente artístico do país²⁷. Desde a primeira edição deste evento, a colaboração do IAB, sobretudo na organização da Exposição Internacional de Arquitetura, é de grande destaque²⁸.

Por estes e outros motivos – são os anos de grande entusiasmo internacional com a arquitetura brasileira – ao longo das diversas edições da Bienal, a partir de 1951, além da enorme peregrinação de profissionais de todo o país para o evento, arquitetos, críti-

brada. Cf. Paula Dedecca. Sociabilidade crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965). São Paulo, FAU-USP, 2012 (Dissertação de Mestrado).

26 SAIA, Luis. “Arquitetura Paulista” in XAVIER, Alberto (org.) *Depoimentos de uma geração - arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: CosacNaify, 2003. Publicado no *Diário de São Paulo* em 1959.

27 MILLIET, Sérgio. “A importância e o alcance do certame paulista”, *Habitat*, 22, mai.jun.1955; Ver também: PEDROSA, Mário. “Bienal de cá para lá” in *Política das Artes*. São Paulo: EDUSP, 1995.

28 “I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo”, *Acrópole*, 159, jul.1951; “I Bienal do Museu de Arte Moderna De São Paulo”, *Acrópole*, 160, ago.1951.

cos e editores de arquitetura estrangeiros comparecem em peso. Expondo suas obras, compondo júris de concurso, recebendo prêmios, e produzindo polêmicas e publicações sobre a arquitetura brasileira, profissionais como Alvar Aalto, Max Bill, Walter Gropius, Siegfried Giedion, Junko Sakakura, Eugène Freyssinet, Matthew Nowicki, Auguste Perret, Frank Lloyd Wright, Ernesto Nathan Rogers, Josep Luis Sert, Kenzo Tange, Marcel Breuer e Phillip Johnson trazem consigo suas inquietações ao meio arquitetônico paulista e nacional²⁹.

Em 1954, um incêndio causado por um curto circuito destrói parcialmente o edifício da Rua Bento Freitas e é o início de uma longa série de problemas financeiros enfrentados pelo Instituto na segunda metade da década. São diversos os clamores pela colaboração de seus sócios na ajuda pela recuperação de sua sede, que volta a funcionar em 1956, após empréstimo tomado na Caixa Econômica³⁰. Parece ser neste momento – em que se traça um plano de reerguimento econômico com taxaço de serviços, regularização de mensalidades atrasadas e prospecção de novos sócios – que o IAB cogita o encerramento de algumas relações mantidas a “título precário”, como a cessão de suas instalações para o Clube dos Artistas e Amigos da Arte. Um plano que aparentemente não se efetiva, dado que, em 1962, o “clubinho” continuaria a manter “o galardão de ponto vespertino e noturno das rodas artísticas de São Paulo, sua atmosfera e frequência lembrando, guardadas as proporções, as rodas dos cafés parisienses”³¹.

Ao longo dos anos 1950 é visível a crescente estruturação e legitimação da entidade no ambiente cultural e político, o que, ao mesmo tempo em que abre espaço entre profissionais e estudantes de arquitetura, projeta-a na vida da cidade e do país, opinando e interferindo publicamente nos mais variados assuntos, sobretudo nas iniciativas oficiais de planejamento e urbanismo, sendo consultada por instâncias autárquicas e governamentais sobre assuntos como honorários e carreiras profissionais, composição de comissões públicas, diretrizes de ensino, esclarecimentos quanto a questões de arquitetura e urbanismo, chegando até a ministrar um curso de esclarecimento para candidatos a

29 Temos como exemplos: “Exposição Internacional de Arquitetura na Bienal do Museu de Arte Moderna”, *Acrópole*, 159, jul.1951; “I Bienal”, *Acrópole*, 162, out.1951; “Regulamento da II Exposição Internacional de Arquitetura”, *Acrópole*, 170, jun.1952; “Dois mestres da arquitetura contemporânea falam aos arquitetos brasileiros”, *Habitat*, 14.jan.fev.1954; CORONA, Eduardo. “O júri de arquitetura da bienal e as soluções criadoras”, *AD*, 3, dez.jan.1954.

30 “Boletim Mensal do IAB-SP nº27”, *Acrópole*, 211, mai.1956.

31 “Coletiva no Clubinho”, *Habitat*, 67, mar.1962.

vereador³².

Neste momento, sobretudo nos Congressos Brasileiros de Arquitetos, a ideia de construção e defesa de uma cultura nacional passa a permear diversos discursos – coletivos e individuais – em posições de maior ou menor conciliação com as demais nações, emergindo na agenda ideológica do Instituto de Arquitetos do Brasil³³. Os assuntos tratados e suas abordagens nos diversos eventos organizados ao longo destes anos evidenciam a ausência de consenso e a convivência de diversos pontos de vista acerca da identidade brasileira, debate acalorado, tanto mais quanto cada vez mais permeado pelo acirramento político³⁴.

No final da década, novos planos são traçados. Tratava-se de fortificar os instrumentos do IAB em um momento em que se abria espaço para uma luta mais franca pela profissionalização do arquiteto, principalmente com o projeto de regulamentação profissional (que apesar de tramitar no congresso não chega a ser aprovado), em um momento em que a profissão se propunha a assumir um papel fundamental frente às perspectivas de desenvolvimento do país³⁵. De fato, o início dos anos 1960 representa um momento ímpar na autocrítica da produção arquitetônica nacional e no envolvimento do IAB com o debate das políticas públicas e da questão habitacional no Brasil³⁶. Nestes anos de luta por reformas sociais no país, de intensa politização dos arquitetos em paralelo ao crescente predomínio da esquerda nos setores de criação cultural, em que se abrem novas possibilidades para um caráter público da atividade crítica³⁷.

32 Uma boa descrição deste conjunto de ações é dada no “Relatório da diretoria 1955-1956”, *Acrópole*, 214, ago.1956.

33 “O I Congresso Brasileiro de Intelectuais”, *Acrópole*, 186, mar.1954. Ver também: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ed.34.

34 “Arquitetura e nacionalidade”, *Acrópole*, 195, dez.1954; “O I Congresso Brasileiro de Intelectuais”, *Acrópole*, 186, mar.1954; “Arquitetura e Nacionalidade”, *Acrópole*, 196, jan.1955; SOUZA, Abelardo de. “Debate sobre arquitetura”, *Habitat*, 20, jan.1955.

35 “Editorial”, Boletim do IAB, 65, jul.1959. Trata-se de um projeto de regulamentação profissional proposto pelo IAB e que enfrentará ampla oposição do CREA. “Os pareceres do CREA 5ª região e do CREA 6ª região sobre o projeto de regulamentação”, Boletim do IAB, 65, jul.1959.

36 SOUZA, Diego Beja Inglez de. *Reconstituindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964)*. São Paulo: Annablume, 2010.

37 SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política 1964-1969” em *O Pai de família*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

Em 1961, com a inauguração de Brasília, é encerrada uma década que abria promissoras perspectivas. Em 1964, com a interrupção militar da ordem institucional e das perspectivas traçadas nos primeiros anos da década, o arrefecimento do efusivo cenário cultural e político não deixa de ser percebido também nas movimentações do Instituto de Arquitetos do Brasil e na sua secção paulista. Assim, o IAB-SP assume neste momento a defesa das liberdades democráticas, além de abrigar e dar apoio a atividades culturais de resistência, ainda que sem o mesmo vigor dos anos anteriores. Um reportagem de jornal de 1988, quando de uma reforma que então se empreendia na antiga sede do Instituto, evoca o papel histórico da entidade: “Entre 1975 e 1982, o Instituto assumiu o papel de porta-voz da classe sobre o processo de abertura democrática no país.”³⁸

Ao fim do período militar, o IAB-SP passa a sentir o impacto da nova realidade política, cultural e econômica do Brasil. A crise econômica dos anos 1980, o refluxo da encomenda estatal, a reconfiguração completa dos sistemas públicos de habitação, planejamento e infra-estrutura e expansão do mercado imobiliário, já atento às grandes instituições financeiras multinacionais, irão suprimir muitas das responsabilidades que vinham sendo assumidas pelos profissionais e produzirão grandes polarizações no interior da categoria.

O IAB na nova realidade urbana brasileira

Velhas lutas vencidas, novos objetivos à vista. A conquista da alforria profissional, tarefa à qual o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) dedicou boa parte de seus esforços por décadas, é alcançada. A gestão da Direção Nacional trabalha, ao lado dos departamentos estaduais, para recolocar em pauta temas essenciais ao arquiteto, à cultura arquitetônica e à própria sociedade.

O IAB dedica esforços a questões como o fortalecimento do conceito e da dimensão cultural do projeto, que é a estrutura da própria profissão, a defesa de políticas públicas que considerem a nova realidade urbana brasileira, com 85% da população nas cidades e um enorme passivo sócio-habitacional, e ainda a retomada da defesa do concurso de projeto para as obras públicas, como um fator de qualificação das cidades e de fortalecimento da cultura nacional.

38 FOLHA DE SÃO PAULO. “Reforma no Instituto de Arquitetos dá nova vida ao prédio dos anos 40”. Em *Folha de S. Paulo*, 6/10/1988.

5. DEPOIMENTOS

5.1 CARLOS LEMOS

O EDIFÍCIO SEDE DO IAB DE SÃO PAULO

Carlos A. C. Lemos

Os arquitetos paulistas, em 1947, ergueram o belo edifício sede de sua agremiação no então chamado “Centro Novo” da cidade, a região além Viaduto do Chá, cujo portal de acesso era a Rua Barão de Itapetininga. Essa região, na verdade, era um prolongamento natural do Centro Histórico impulsionado antes de tudo pela Av. Ipiranga, recente via de duas pistas aberta por Prestes Maia. Foi aquela zona urbana a primeira a receber construções da Arquitetura Moderna na cidade, até mesmo anteriormente às intervenções do prefeito benemérito, pois ali, na antiga rua Ipiranga, proximidades da Praça da República, em 1935, Álvaro Vital Brazil já levantava a sua obra prima, o edifício Esther.

Ao escolherem a localização de sua sede anteviram os arquitetos a ampla modernização daqueles velhos quarteirões da Vila Buarque, cujo maior centro de interesse era a Santa Casa. O arquiteto Oswaldo Bratke logo já estava ali erguendo nas imediações vários prédios de apartamentos, que iniciaram a modernidade da região. Mas, o impacto maior no movimento verticalizador à volta da casa dos arquitetos deu-se com o início das obras do edifício Copan, de Oscar Niemeyer, em 1952. Quatro anos depois, vem o edifício Itália, do arquiteto Franz Heep. O interessante nisso tudo, é que praticamente todos os arquitetos importantes da cidade instalaram seus escritórios ao redor de sua sede gremial, todos ao redor de sua base de decisões coletivas.

Esse edifício, antes de tudo histórico, nasceu da conjunção de idéias de oito arquitetos de pensamentos diversos e nisso reside a sua configuração digamos comunitária, porque não desagradou a ninguém. Vejamos: Abelardo de Souza e Helio Duarte vindos da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro eram “modernistas” formados sob a égide de Lúcio Costa, diretor da escola em 1930; Galiano Ciampaglia, Miguel Forte e Jacob Ruchti eram adeptos de Frank Lloyd Wright; de Rino Levi e seu associado Roberto Cerqueira Cesar todos conhecemos a sua modernidade trazida de Roma, aprendida na Real Escola Superior de Arquitetura e proclamada aqui em manifesto de 1925; e, por fim, Zenon Lotufo, com estudos iniciais no Rio, formado engenheiro-arquiteto pela nossa Poli-

técnica e modernista engajado na corrente carioca. Pelo visto, essa obra conjunta tem o maior significado porque revelou uma associação “democrática” originada do confronto de projetos participantes de um concurso entre profissionais desejosos de ter a sua sede conforme suas expectativas. Todas estão ali representadas naquela súpula, ou resumo, da arquitetura paulista daqueles anos do pós Guerra Mundial, quando se deu o processo de verticalização iniciando a metropolização de São Paulo.

Além do mais, sob o ponto de vista histórico, não devemos nos esquecer do fato de o nosso edifício ter sido cenário de conferências e debates importantes desde o início dos anos 50, quando, sobretudo, foram discutidas alterações no Código de Obras e no Plano Diretor visando uma nova São Paulo para os dias do seu IV Centenário. Das propostas lá debatidas foi possível, por exemplo, alterar gabaritos no novo Centro; sem elas, o prédio do jornal O Estado de S. Paulo, o edifício Itália, o Copan e o edifício Conde de Prates não teriam sido possíveis.

E também não devemos olvidar o acolhimento na sede do IAB, em seu subsolo, do celebrado Clube dos Artistas, o ponto de reunião da intelectualidade discutidora dos problemas não só do universo estético, mas ainda, daqueles obscuros da ditadura.

Pensamos que, à parte de qualquer juízo de valor a respeito de suas qualidades estéticas, a sede do IAB de São Paulo, antes de tudo, deve ser entendida como bem cultural arquitetônico de alto interesse histórico e, por isto, merece seu tombamento pelo IPHAN.

São Paulo, 04 de julho de 2013.

5.2 ROMEU DUARTE

SÃO PAULO-SP, VILA BUARQUE, RUA BENTO FREITAS, 306

O avião acabara de levantar vôo de Fortaleza rumo a São Paulo naquela manhã de junho de 1992. No rol dos passageiros, eu e o Arq. Campelo Costa (então, respectivamente, Presidente do IAB-CE e Conselheiro Vitalício do IAB), além de alguns amigos que iam assistir ao Grande Prêmio Brasil de Automobilismo em Interlagos. Nosso programa, entretanto, era diferente: íamos participar de uma reunião da Direção Nacional do IAB, então dirigida pelo colega Arq. Ciro Pirondi, com os departamentos estaduais da instituição, num momento em que se começava a discutir uma alternativa própria de regulamentação da nossa profissão no país. Resumindo: uma ardente polêmica e um debate nas mesmas proporções de incandescência nos aguardavam na capital bandeirante.

Durante a viagem, em tempos mais generosos de serviço de bordo, o uísque, tanto o servido pelas belas e gentis aeromoças quanto o que trazíamos escondido, rolou prodigo, seja on-the-rocks, puro ou à moda irish-coffee. O certo é que, ao desembarcarmos no Aeroporto de Cumbica, já estávamos em nível "normal", naquele estado de consciência pastosa tão recomendado por Humphrey Bogart à humanidade. Fomos deixados com nossas bagagens na Praça da República por um taxista que não sabia o endereço da sede do IAB-SP. Tivemos que percorrer algumas quadras naquele fim de tarde paulistano, um olho no peixe e o outro no gato, até atingirmos sãos e salvos o nosso destino.

Em lá chegando, no cruzamento das ruas Bento Freitas e Major Sertório, o edifício, que eu só conhecia de livro, se oferecia majestoso aos nossos olhares. Seu volume contorcido e marcado por suas diversas funções destacava-se fortemente de sua discreta ambiência. Na entrada, além de algumas figuras boêmias renitentes, fomos recebidos pela arte de um conterrâneo, o painel geométrico pintado e doado ao IAB-SP pelo pintor Antônio Bandeira, cearense de Fortaleza. Com as pernas bambas pela libação aérea e a travessia louca, descemos até o auditório, onde a reunião já se desenrolava a pleno vapor. Como disse o poeta de Itabira, "nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas".

Além do Ciro, figuravam na mesa diretora dos trabalhos os arquitetos Beth França, Marcos Carrilho, Glória Bayeux, Edson Elito e Renato Nunes. Os colegas dos demais

departamentos, a maioria presidentes, preenchiem a platéia, agrupados por afinidade de idéias. Um senhor de idade bastante avançada (que depois descobri ser Eduardo Kneese de Mello), numa cadeira de rodas, distribuía a quem entrava um papelzinho com os dizeres “arquitetura, atribuição de arquiteto”. Abrahão Sanovicz, Miguel Pereira, Paulo Mendes da Rocha, João Honório de Mello Filho, Fábio Penteado e Joaquim Guedes, adequadamente posicionados, conversavam com seus pares. Na minha vez de falar, fiz um discurso tão inflamado sobre a honra e a satisfação de estar ali presente que acabei me esquecendo do que iria realmente tratar naquela importante reunião...

Circular pelo térreo, onde se realizava uma exposição de arquitetura. Subir ao bar, onde o móbile do Calder era o protagonista do amplo espaço de pé-direito duplo. Pegar a garoa fria e fina, tão cantada pelo Adoniran Barbosa, na varanda do restaurante. Adentrar o 4º andar e participar das reuniões do IAB-SP. Conhecer as diversas instalações dos escritórios dos colegas que acabaram se transformando em amigos. Interagir com a turma boa dos funcionários. Participar, como convidado, de vários eventos, seminários, mostras, júris de concurso, bienais. Essas e outras atividades, iniciadas quando da primeira visita e intensificadas ao longo dos anos, mormente quando exerci a presidência do IAB-DN, fizeram de mim um companheiro da instituição, a partir da admiração que tenho, como arquiteto, pela qualidade arquitetônica de sua sede.

Resultado do concurso julgado por uma comissão composta por notáveis do porte de Oscar Niemeyer, Hélio Uchôa e Firmino Saldanha, a sede do IAB-SP, construída em 1947, constituiu-se num particular esforço da entidade em ter uma marca distinta sua na arquitetura de São Paulo, que à época já se organizava para ser a principal metrópole nacional. Seus autores, a saber, os arquitetos Abelardo de Souza, Galiano Ciampaglia, Hélio Duarte, Jacob Ruchti, Miguel Forte, Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Vitor Lotufo, eram então tidos como os produtores do que de melhor se fazia no ramo na cidade. Com dez pavimentos (subsolo, térreo, salão de reuniões, bar-restaurante e seis andares de escritórios), foi pensado como um conjunto de plantas livres, de fácil leitura externa, com espaços servidores posicionados junto ao limite norte do lote e estrutura independente. Um verdadeiro marco da arquitetura paulista e brasileira.

Portanto, a decisão da atual direção do IAB-SP em solicitar do IPHAN o tombamento de sua sede é mais que bem-vinda, pois, além de garantir a tutela do órgão federal de preservação a um dos mais relevantes exemplares do acervo modernista nacional, expoente de um período áureo da arquitetura brasileira, favorecerá a realização das

necessárias obras de conservação e restauro, financiadas mediante o emprego de recursos provenientes de renúncia fiscal. Como representante do IAB na área de Patrimônio Cultural da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – CNIC/MinC, no ano de 2011, contribuí para a aprovação do projeto cultural referente à restauração do prédio, serviços que se mostram cada vez mais urgentes, e que agora, com a campanha “Eu Restauro”, promovida pelo IAB-SP, poderão ser finalmente viabilizados. Com a execução desta ação, ganha também a zona central de São Paulo, com a permanência revigorada de uma de suas mais antigas e importantes instituições.

Mário de Andrade, o polígrafo paulista, dizia que “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”, ou seja, é deslindar um poderoso código de comunicação que congregue e enleve as pessoas em prol de um relevante objetivo comum, a preservação de nossa cultura, que é também a manutenção da vida da nossa tão querida casa.

5.3. CEÇA GUIMARÃES

“O edifício-sede do Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo é belo, pois, na forma exterior, assume horizontalidade marcante, expõe de modo claro os elementos estruturais e de composição arquitetônica; e define complexa modulação regular, representando e afirmando a raiz de uma Escola Paulista deveras original. A base do edifício, configurada em dois pavimentos de altura e materiais diferenciados; o corpo em pavimentos-tipo delineados à maneira moderna dos modernistas do período heróico; e o coroamento, ousado em elementos ainda mais horizontais, se impõem no lugar e identificam a força histórica da instituição que abriga. Nas fachadas, tijolo, concreto, alumínio e vidro estabelecem os limites, mas concorrem livres para criar recuos inusitados e agregar novas perspectivas no entorno. Produto de concurso, situação tradicional no IAB, em que a singularidade é foco principal, foi resultado do trabalho de um prestigioso júri composto pelos arquitetos Oscar Niemeyer, Hélio Uchôa e Firmino Saldanha, que confirmou a excelência e a linguagem do modernismo brasileiro de origem múltipla. Praticado em equipes formadas por Miguel Forte e Galiano Ciampaglia; Rino Levi e Roberto Cerqueira César; Jacob Ruchti, Abelardo de Souza, Hélio Duarte e Zenon Lotufo essa arquitetura perenizou-se no edifício-sede do IAB de São Paulo, expressando a força das gerações de alguns dos nossos melhores arquitetos modernos.”

5.4. JULIO ROBERTO KATINSKY

A organização da seção paulista do IAB e seu prédio,

Com a organização dos arquitetos paulistas (a maioria exercendo suas atividades profissionais na cidade de São Paulo), em torno do IAB em 1943, o Instituto de Arquitetos do Brasil, que até então quase se limitava aos arquitetos da Capital da República, consolidava-se a união de todos os arquitetos brasileiros em torno de uma organização nacional. Os arquitetos paulistas foram suficientemente numerosos para propor e realizar o 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos em 1945, um encontro que já definia e participava da luta pela democratização do país, não só pela derrota do nazifascismo na Europa (da qual o próprio país participou com uma Força Expedicionária) como valorização, nesse congresso pelas teses caras aos arquitetos modernos, como as discussões da cidade, e da habitação para a população.

A primeira sede do IAB em São Paulo localizou-se no subsolo do edifício Esther, edifício emblemático naquela época do movimento moderno em São Paulo, dos arquitetos Vital Brasil e Adhemar Marinho, “a construção terminou em 1938, dois anos antes que se concluíssem as obras do Ministério da Educação feito por aquele grupo carioca a partir de um “croquis de Le Corbusier de 1936”, (50 anos de Arquitetura – 1986 – Nobel)

Em seguida, os arquitetos de São Paulo já organizados como Instituto cogitaram de construir sua sede própria, a exemplo da sede do Instituto de Engenharia próximo à Praça da Sé, centro histórico da cidade. Mas localizaram-se no centro novo, próximo a Praça da República na Rua Bento Freitas, esquina com a Rua General Jardim.

O projeto resultou de uma equipe com participação dos arquitetos Abelardo Riedy de Souza, Miguel Forte, Rino Levi, e para viabilizar o empreendimento, vários arquitetos subscreveram salas para incorporar os recursos necessários à sua construção. É emblemática essa equipe porque reunia os arquitetos ligados

aos arquitetos norte americanos ideologicamente (Miguel Forte), e os arquitetos ligados ao CIAM e ao Rio (Abelardo e Rino)

A edificação consagrou alguns princípios da arquitetura do século XX, quais sejam: não só a estrutura independente da Escola de Chicago como sua exibição em todos os andares de modo garantir a maior flexibilidade no manejo dos espaços a serem estabelecidos. Como a maior face do edifício se localiza na Rua General Jardim, voltada para o Sul, esta face se caracteriza por uma “curtainwall”, que iria se difundir muitos anos depois na cidade. A flexibilidade da planta é caracterizada pelo primeiro andar com mezanino, sede de um restaurante onde grande parte dos arquitetos se reunia, nas primeiras décadas de sua existência.

Esse primeiro andar também, principalmente à noite, transformava-se em auditório para as Assembleias do Instituto, ou conferencias dos arquitetos destacados que nos visitaram ao longo dos seus sessenta anos de existência, como Eero Saarinen, Aalto Alvar, Walter Gropius, Mario Botta, entre outros. O notável artista norte-americano Alexander Calder doou um “móbile” de sua autoria que compõe o vazio do pé direito duplo junto ao mezanino do primeiro andar, junto com uma escultura do Bruno Giorgi.

Finalmente, mas não menos importante no sub-solo do edifício, se localizou por muitos anos o “Clube dos Artistas e Amigos da Arte”, que reuniu artistas, e intelectuais que hoje já se incorporaram definitivamente à História de São Paulo e do Brasil.

Durante a ditadura, entre 1964 e 1984, independente das divergências políticas entre seus membros, o IAB de São Paulo como de resto o IAB nacional, não deixou de ser um ponto de acumulação de resistência democrática, atestada pelo testemunho de vários colegas, como Osvaldo Correa Gonçalves, Alberto Botti, Julio Neves, Paulo Mendes da Rocha, Villanova Artigas, Plinio Croce entre outros. O próprio edifício conserva em sua memória essa postura, pelas reuniões que nela ocorreram, como por exemplo, quando o presidente do IAB nacional,

Demétrio Ribeiro reuniu-se aqui em São Paulo, com o presidente da SBPC Oscar Sala para prestar suas solidariedades aos cientistas, quando a ditadura tentou impedir a sua tradicional reunião proibindo-a na utilização do campus da Universidade de São Paulo, realizando-se ela no campus da PUC, nas Perdizes.

Em conclusão, podemos dizer que o edifício do IAB não só é um marco da História da Arquitetura Brasileira, como abriga em suas paredes a memória de parcela significativa da Cultura que aqui se realizou, pelos seus usuários e frequentadores.

21/03/2014

5.5. LAURO CAVALCANTI

São fortes os laços entre Alexander Calder e o Brasil. O escultor manteve uma produtiva interlocução com o crítico Mario Pedrosa e, nos anos 40 a 60, obras suas foram, muitas vezes, escolhidas por alguns de nossos melhores arquitetos para sublinhar os seus espaços modernos. O mobile do IAB-SP está entre as melhores peças desse período e a sua restauração permitirá não só a permanência de uma grande obra de arte, como também, de um pedaço da história de nosso modernismo.

18 de março de 2014

5.6. ABILIO GUERRA

O edifício sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, é fruto de concurso ocorrido em 1946, tendo como participantes os arquitetos afiliados à entidade. Dos treze concorrentes, o júri formado por Firmino Saldanha, Oscar Niemeyer, Gregori Warchavchik, Helio Uchoa e Fernando Brito conferiu a três equipes o primeiro lugar. Todos os participantes – os arquitetos Rino Levi e Roberto Cerqueira César; Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia; Abelardo de Souza, Hélio Duarte e Zenon Lotufo – ficaram responsáveis pelo projeto definitivo, que foi desenvolvido dentro do escritório Rino Levi Arquitetos Associados.

O nível excelente do júri e dos arquitetos selecionados foi fundamental para o resultado final, um edifício moderno, alinhado com as tendências internacionais de vanguarda, localizado em área central da cidade, ladeado por outros edifícios de extrema relevância para a história da arquitetura moderna brasileira e internacional, de autoria de Oswaldo Bratke, Oscar Niemeyer, Franz Heep, Salvador Cândia, Giancarlo Gasperini, Vital Brazil, Saldanha Marinho, dentre outros.

Os arquitetos autores do edifício sede do IABsp são oriundos das três principais escolas de arquitetura da metade do século passado: Cerqueira César e Zenon Lotufo são formados na Politécnica da Universidade de São Paulo; Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie; Abelardo de Souza e Hélio Duarte são formados na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, na ocasião capital do país. Rino Levi, formado na Itália, era professor de arquitetura da USP e teve participação ativa na renovação de ensino da escola, ao lado de João Batista Vilanova Artigas, Helio Duarte, Zenon Lotufo e Abelardo de Souza, autores do “Relatório sobre a reestruturação do ensino da FAU”, de julho de 1957.

Sendo assim, a manutenção desse edifício e da sua qualificada vizinhança é de extrema importância, pois registram um período de enorme relevância não só no

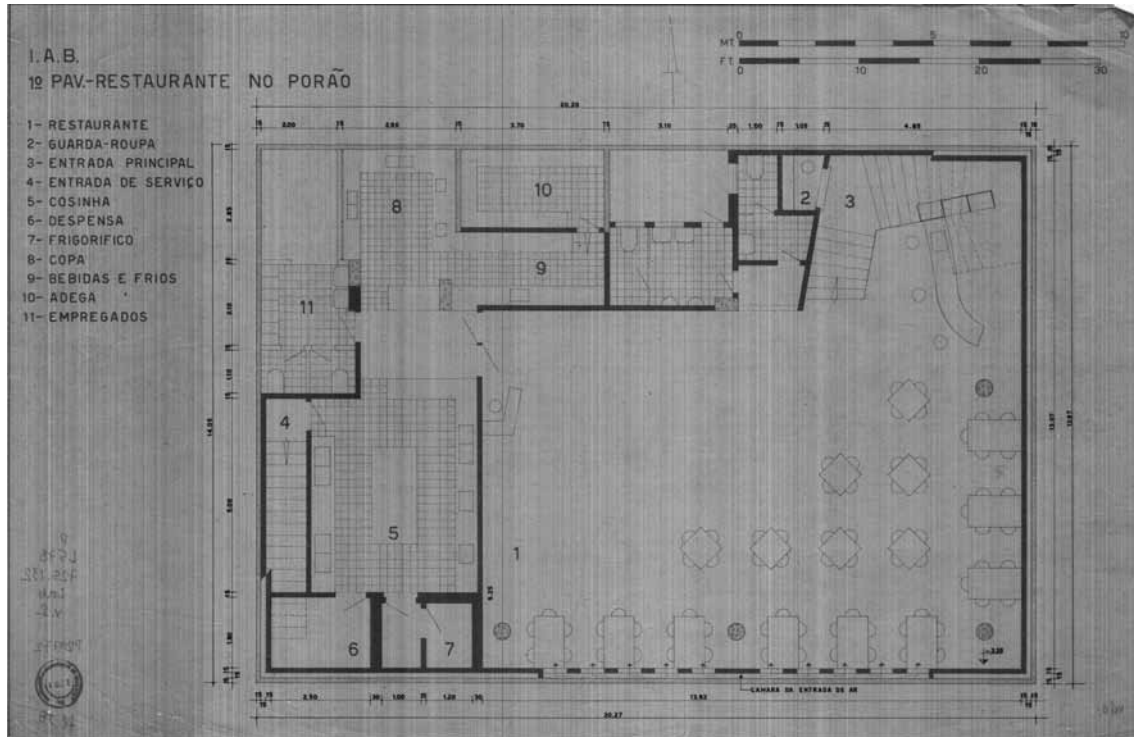
âmbito do ensino e do exercício da arquitetura, mas também nos aspectos cultural, econômico e político de nossa coletividade, onde valores como desenvolvimento urbano, modernização social, progresso econômico e democracia política estavam à frente.

São Paulo, 09 de maio de 2013

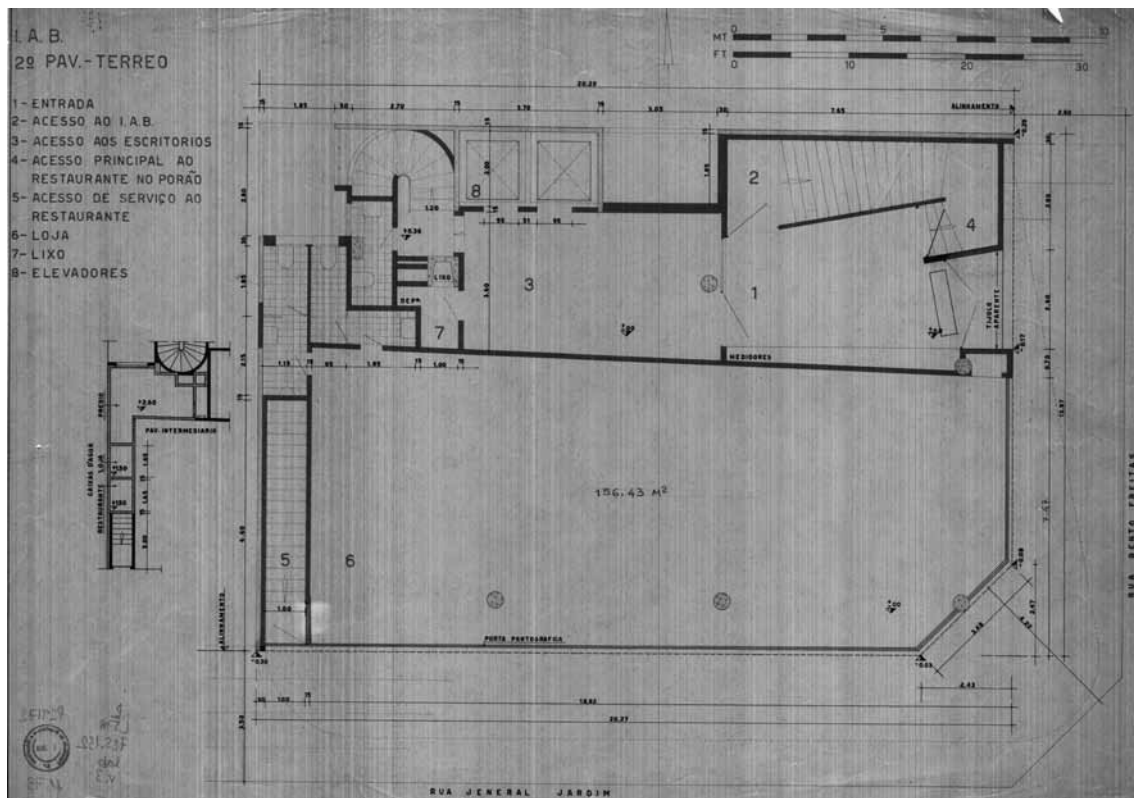
6. REGISTROS PARA CARACTERIZAÇÃO DO BEM

6.1 DESENHOS

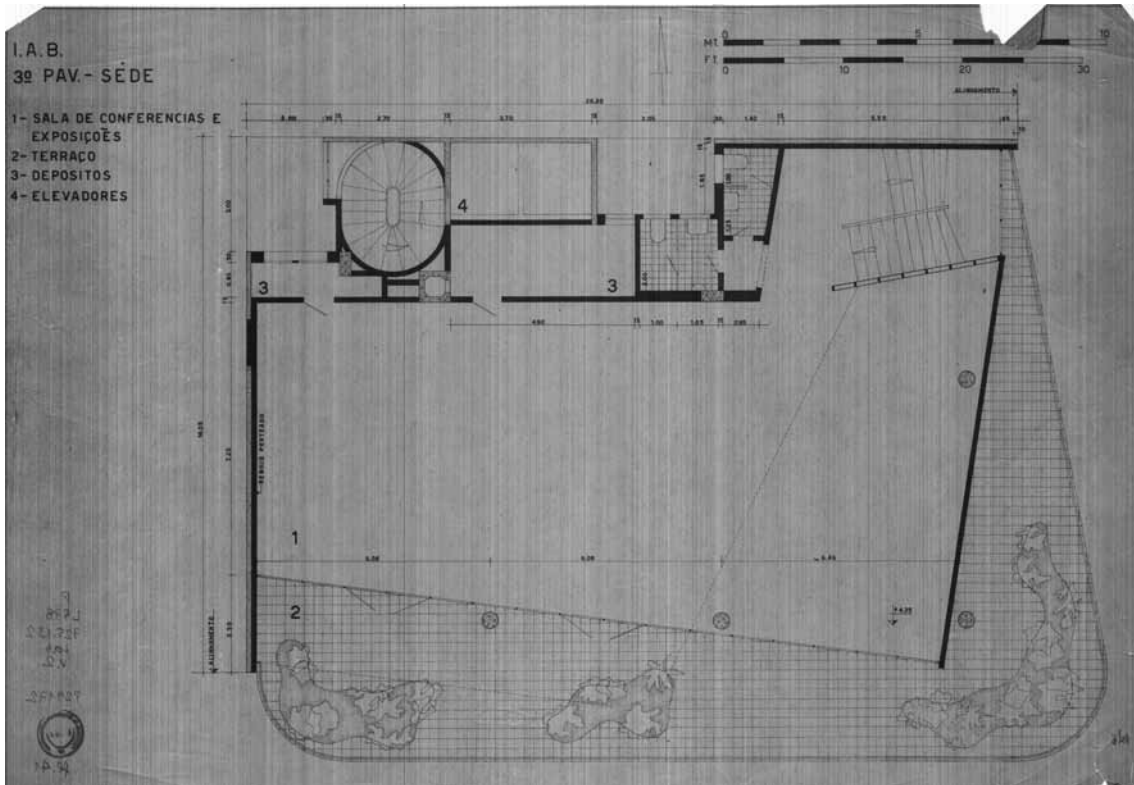
6.1.1 Antigos



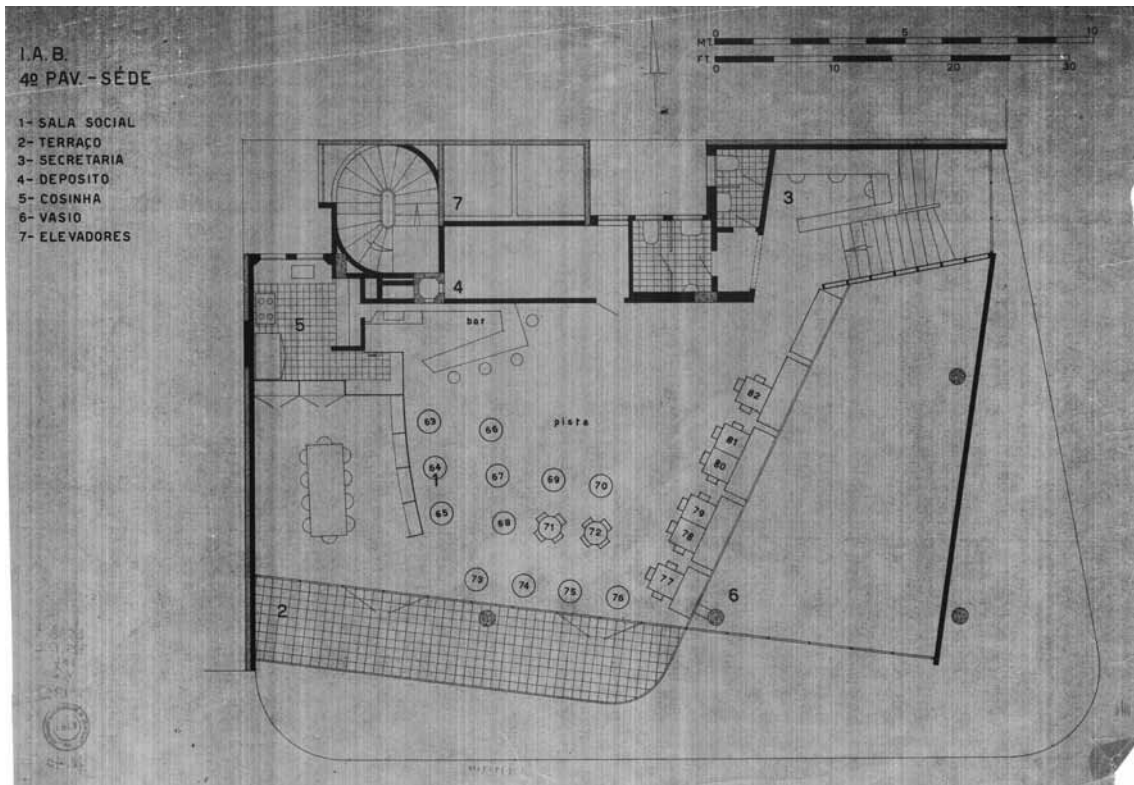
Desenho 1. Planta 1º pavimento - Restaurante no porão



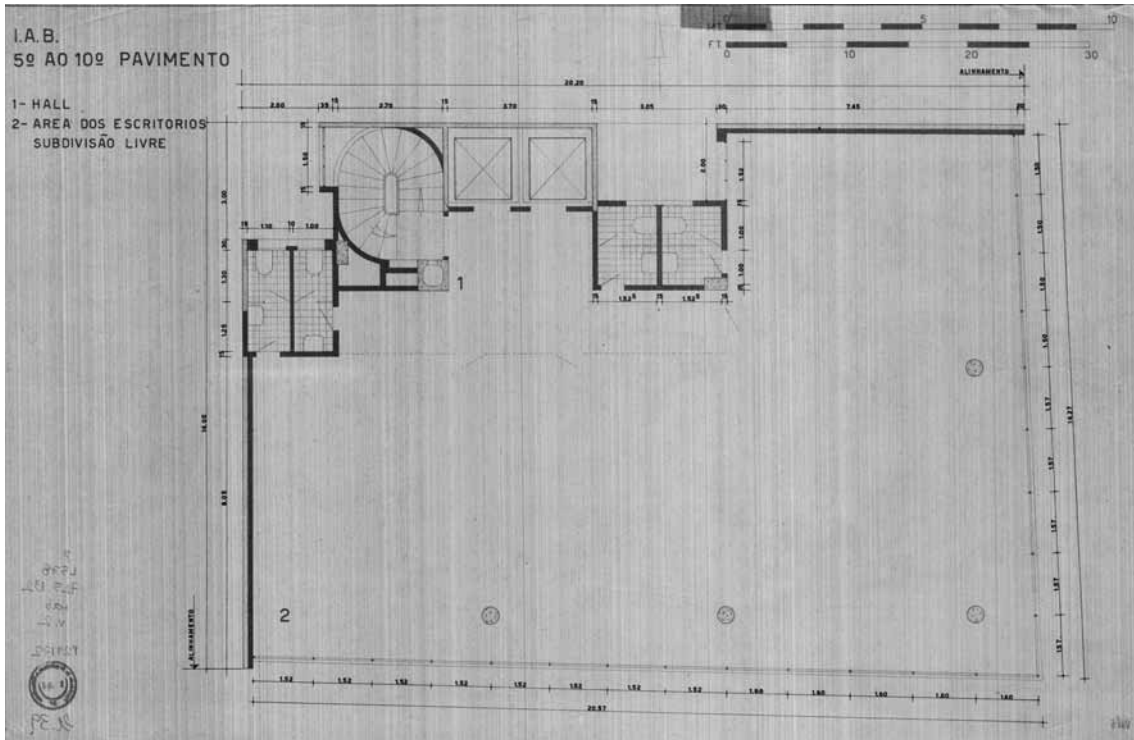
Desenho 2. Planta 2º pavimento - Térreo



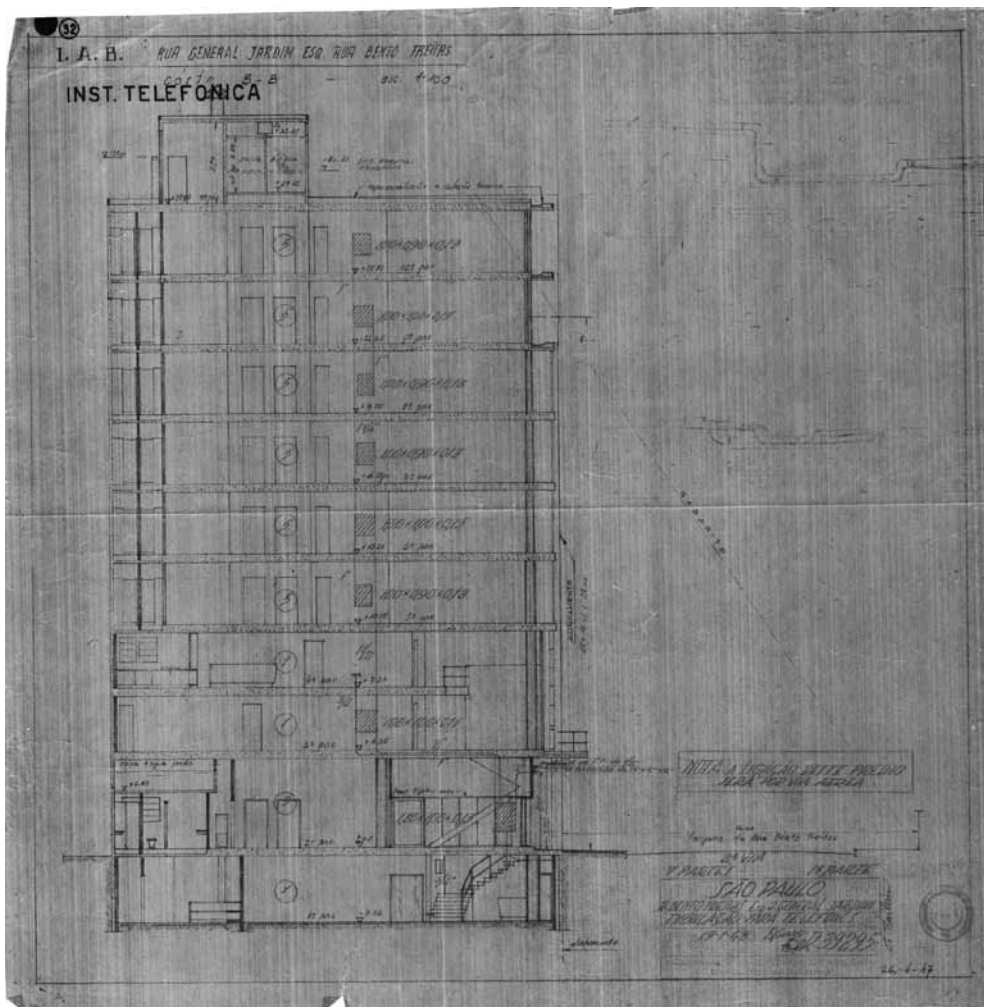
Desenho 3. Planta 3º pavimento - Sede



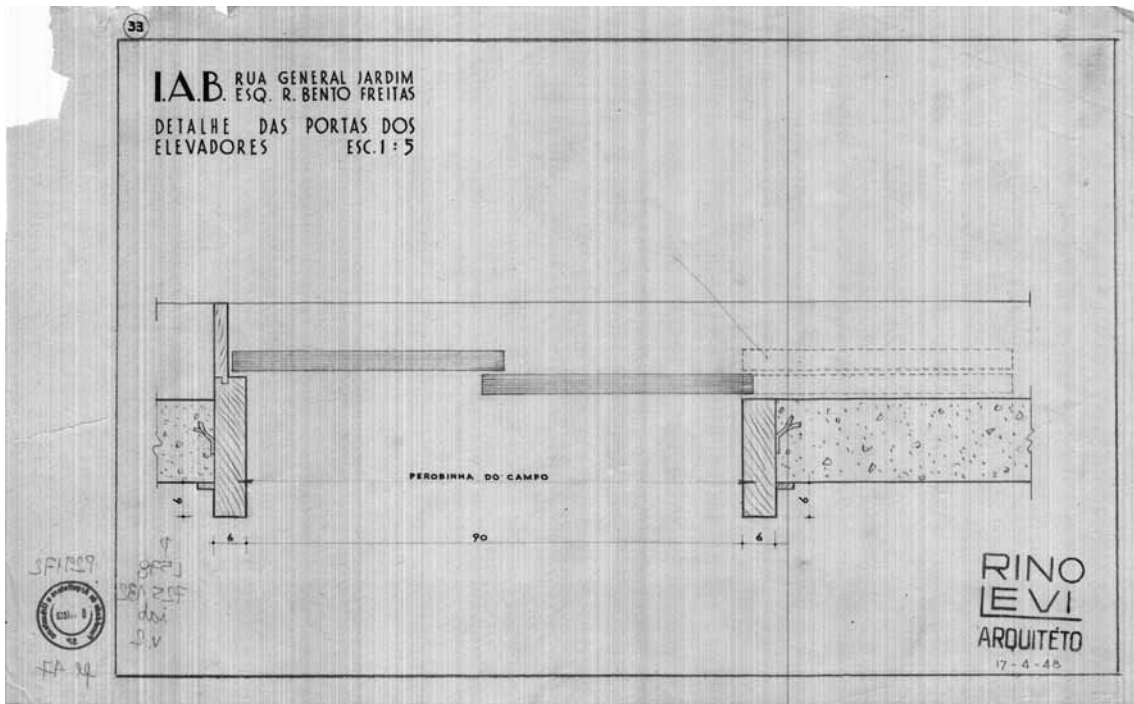
Desenho 4. Planta 4º pavimento - Sede



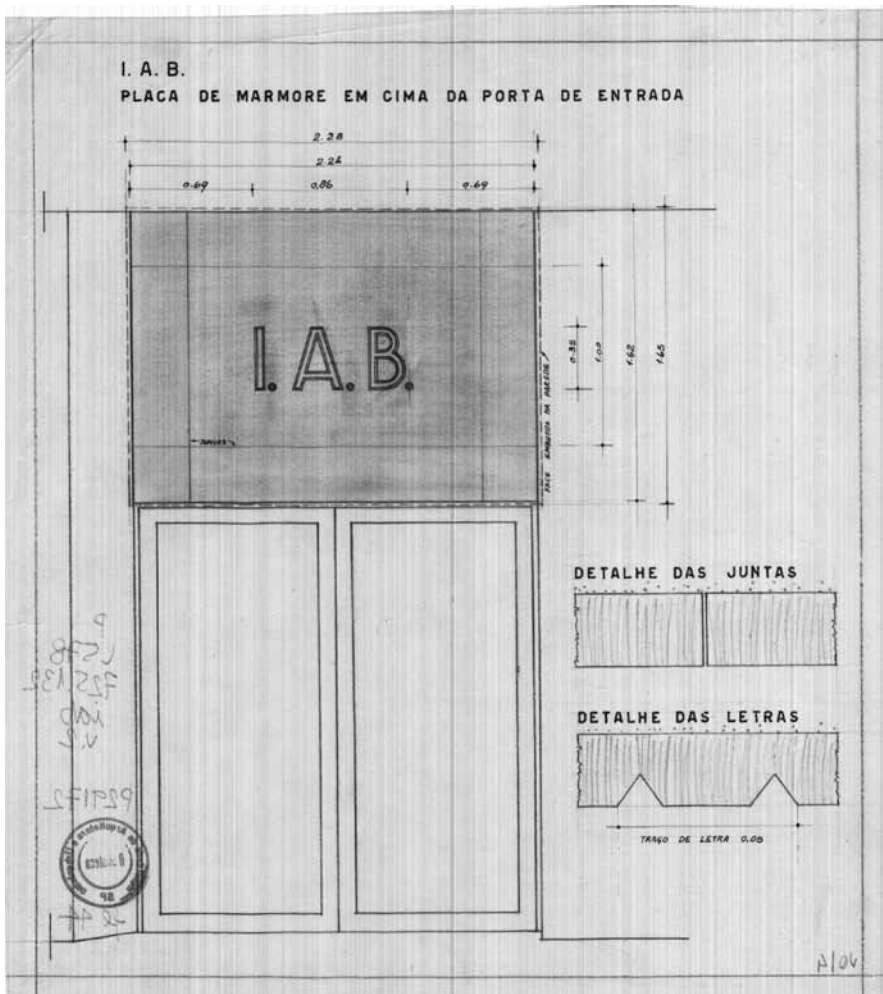
Desenho 5. Planta 5º ao 10º pavimento



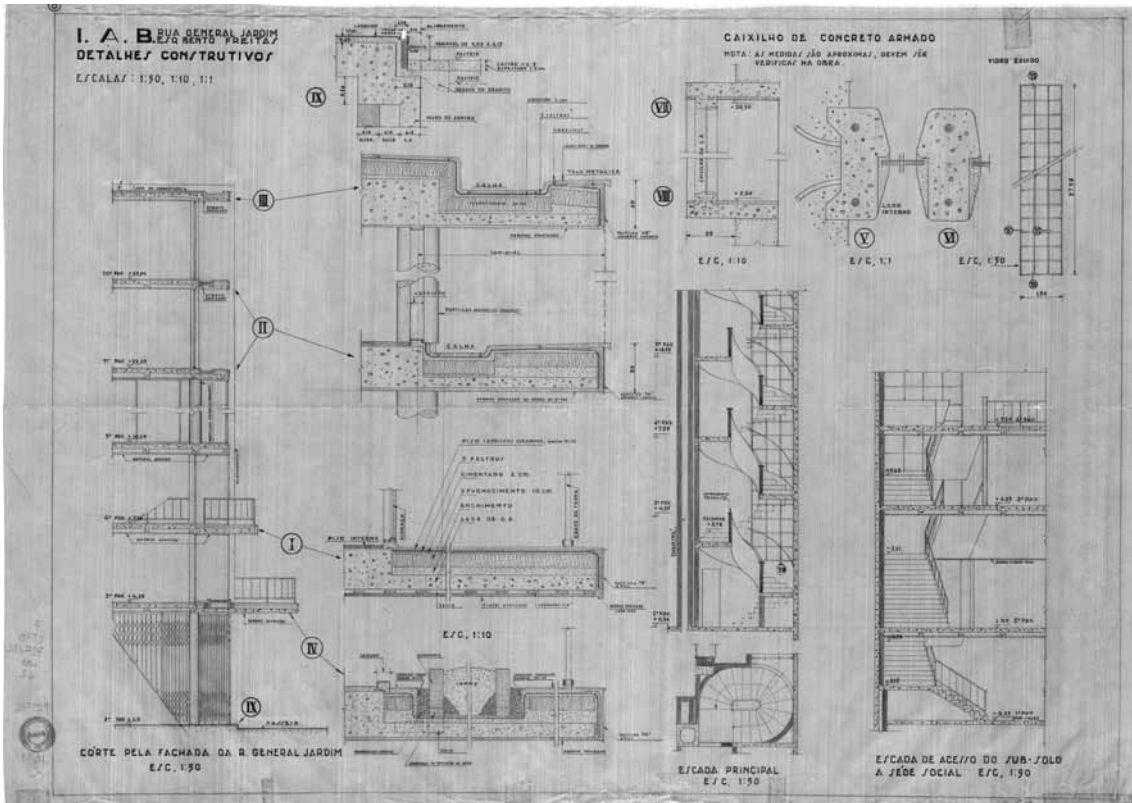
Desenho 6. Corte, 1947



Desenho 7. Detalhe das portas dos elevadores com carimbo Rino Levi, 1948

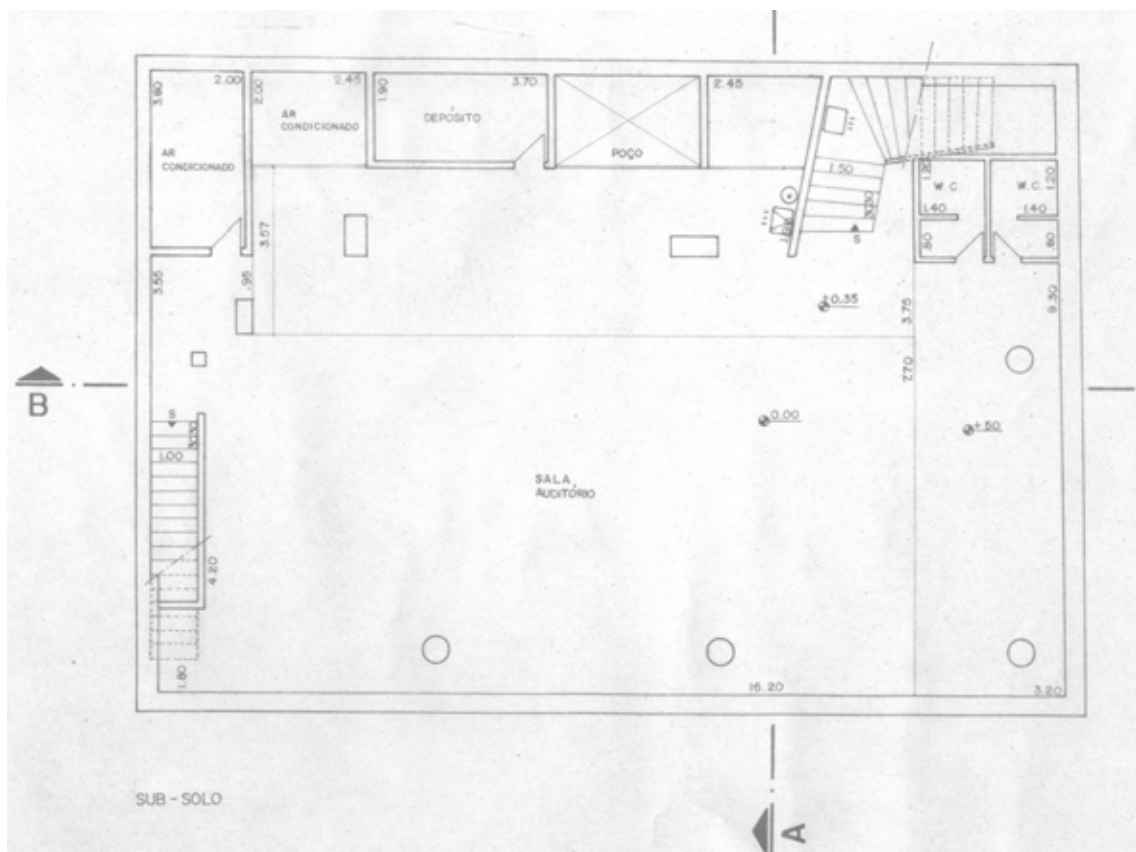


Desenho 8. Detalhe da placa de mármore em cima da porta de entrada

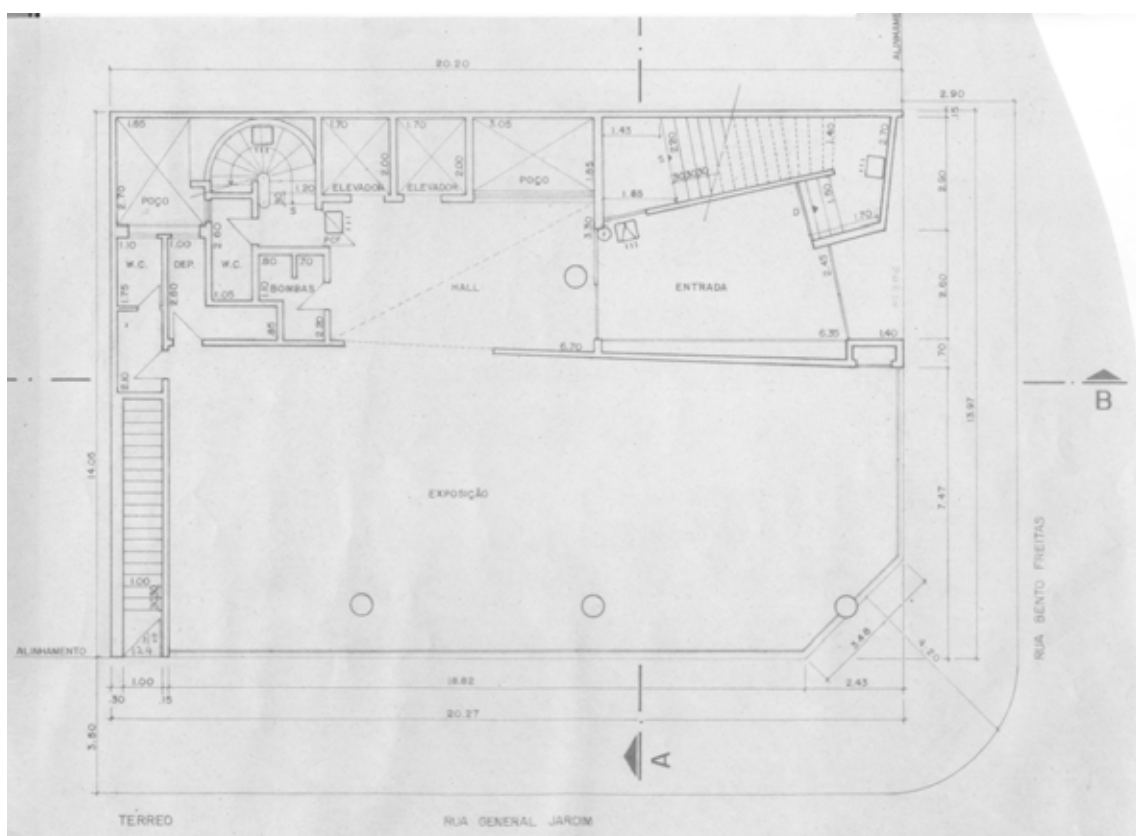


Desenho 9. Detalhes construtivos

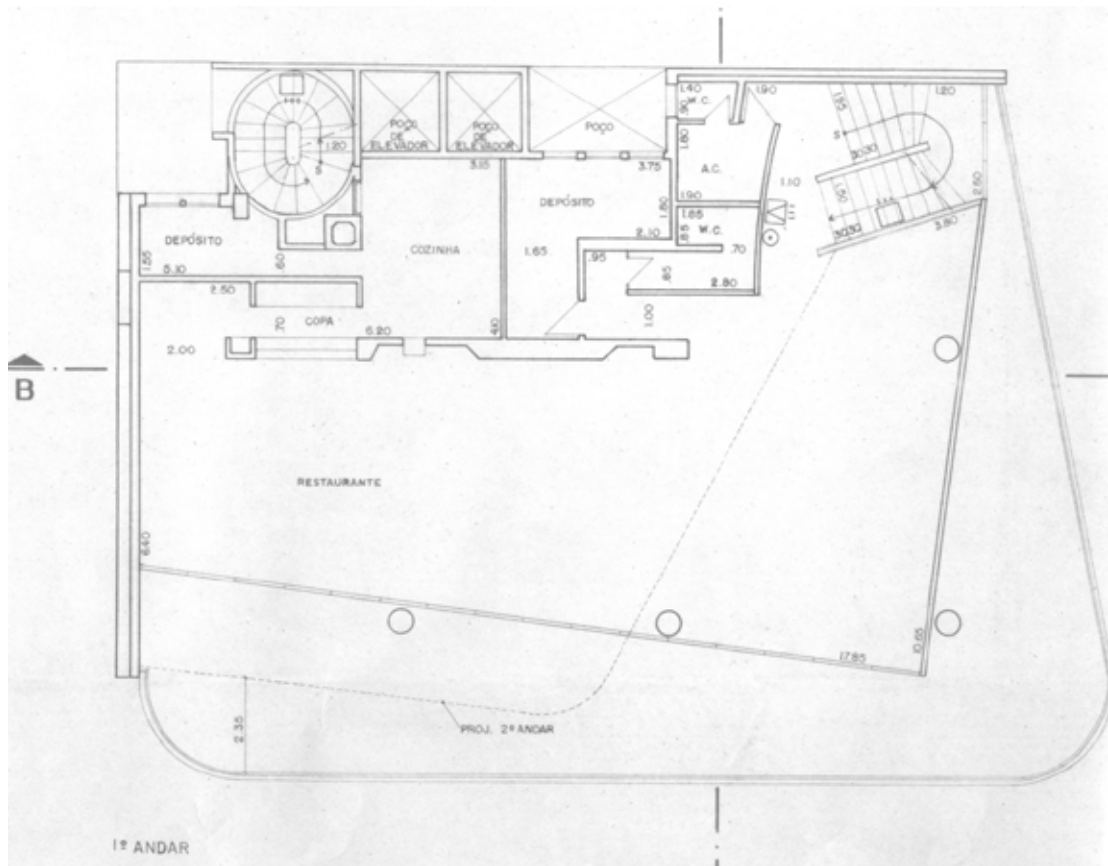
6.1.2 Atuais



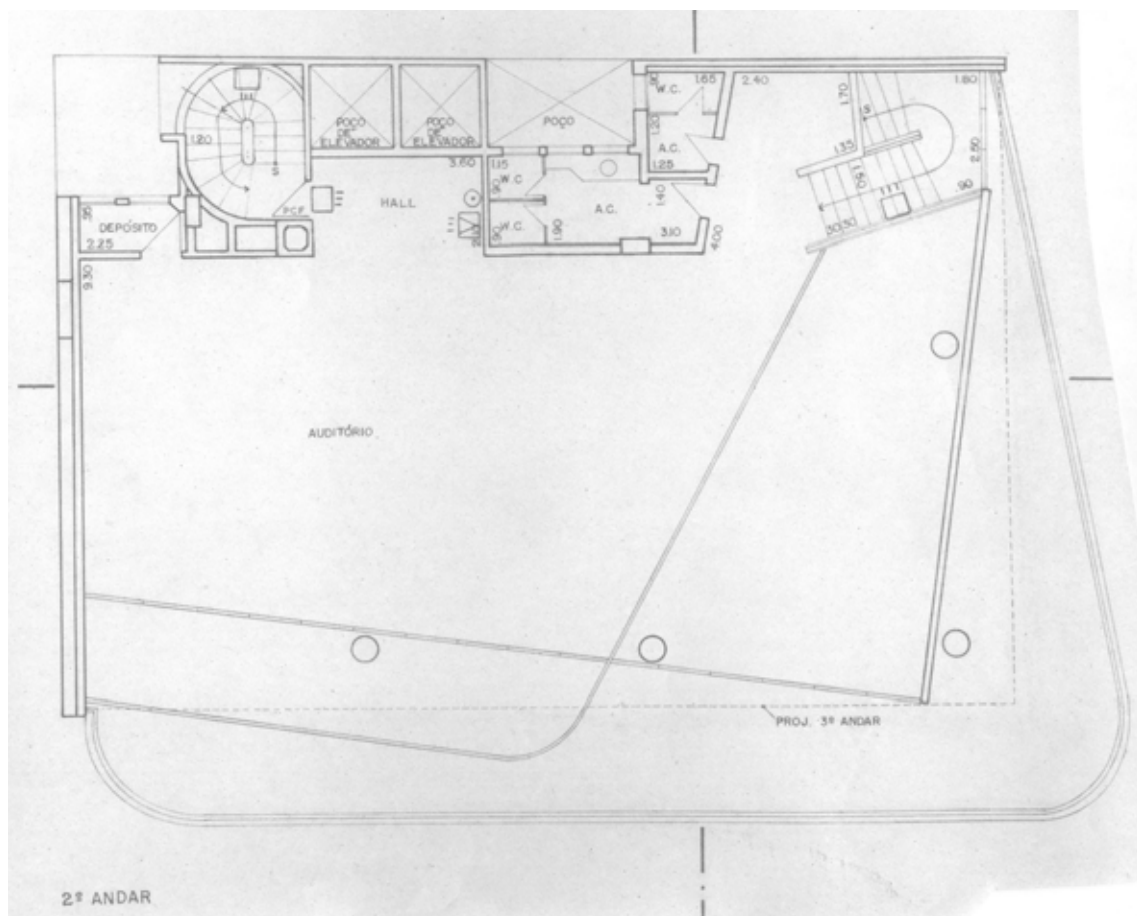
Desenho 10. Planta subsolo



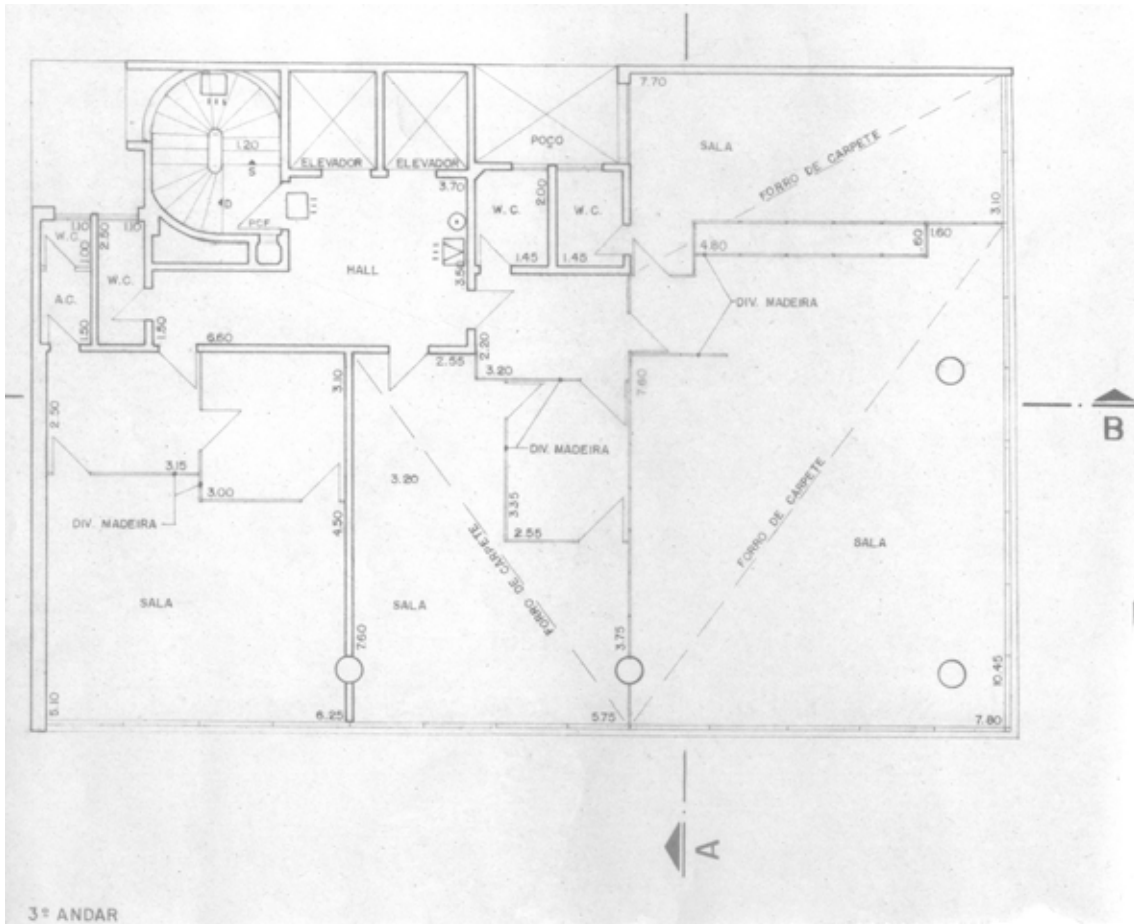
Desenho 11. Planta térreo



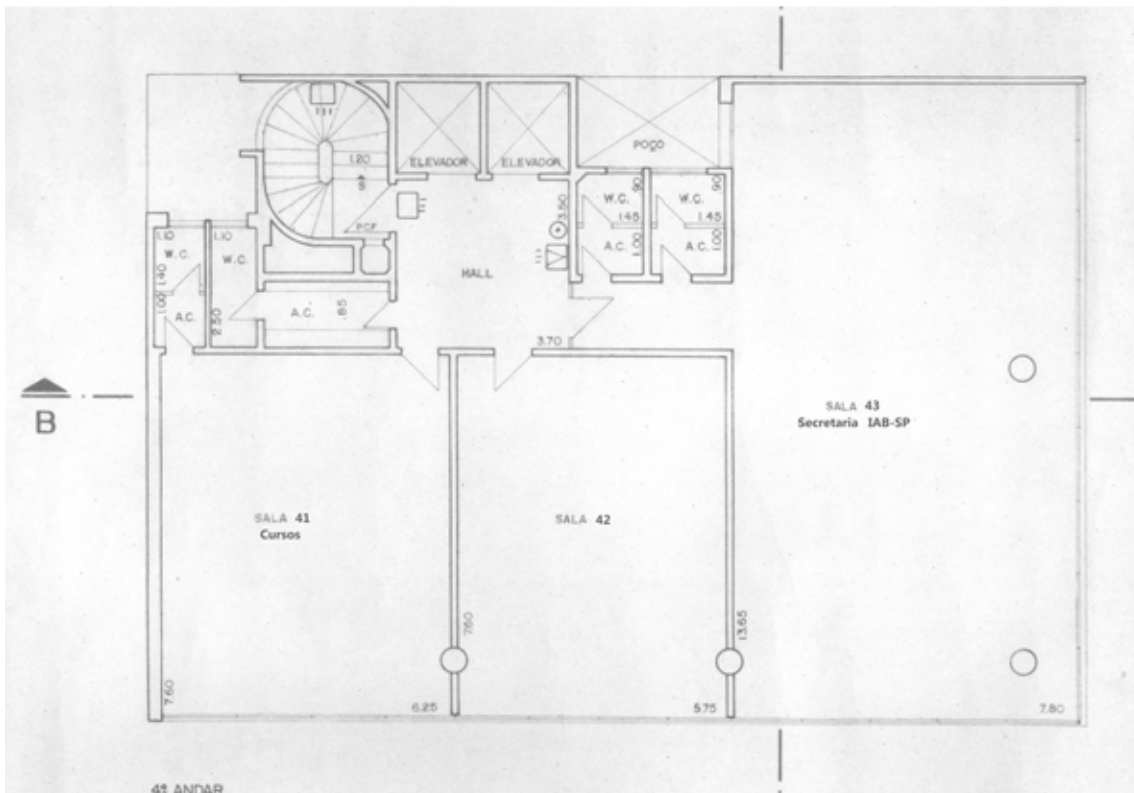
Desenho 12. Planta 1º pavimento



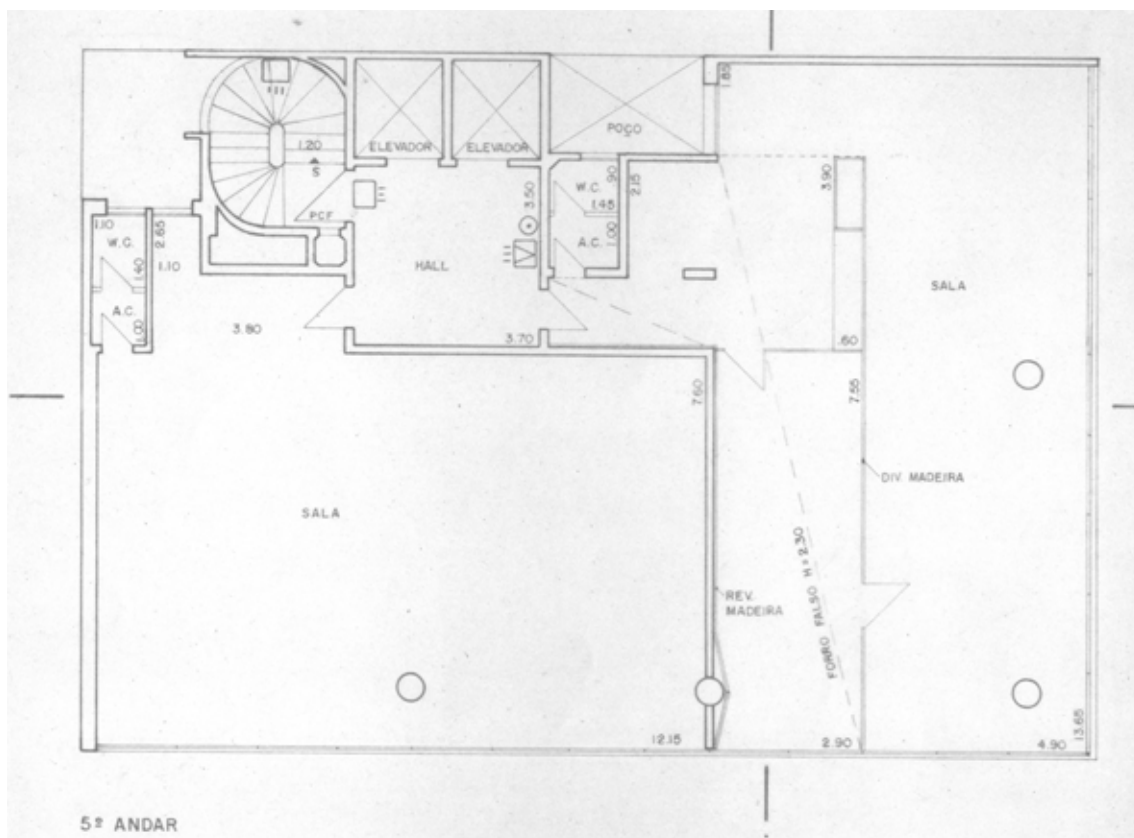
Desenho 13. Planta 2º pavimento



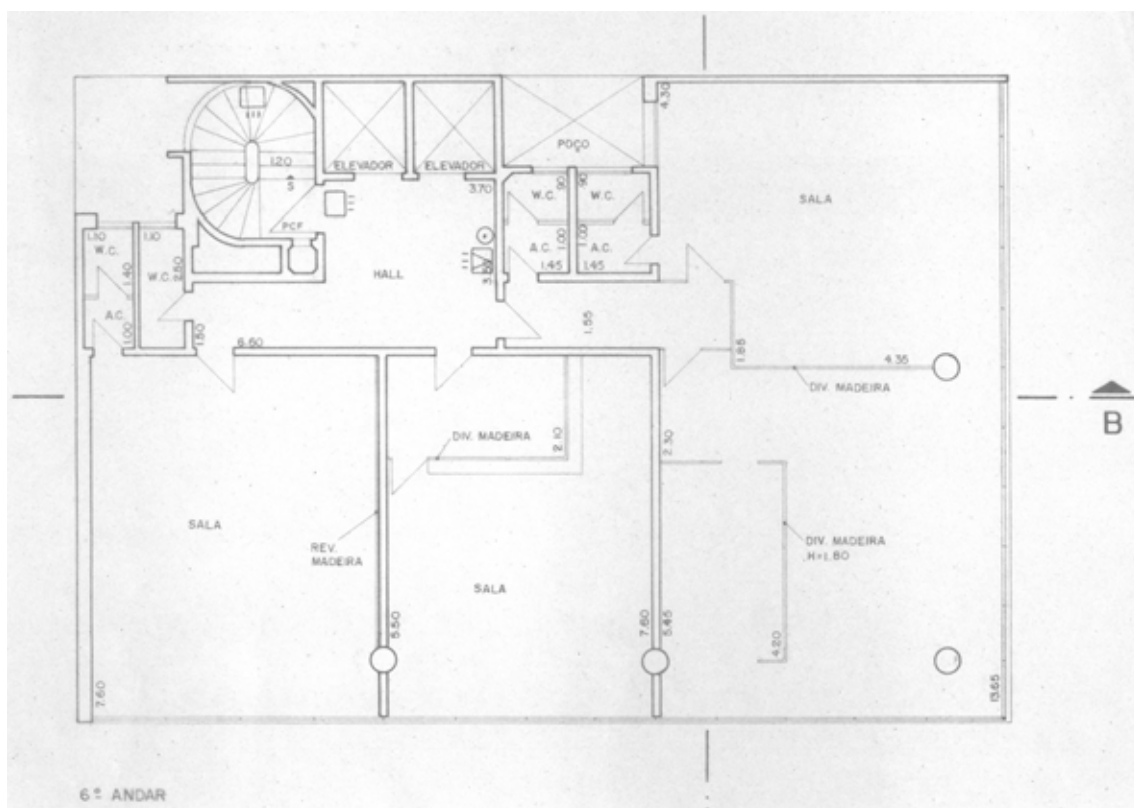
Desenho 14. Planta 3º pavimento



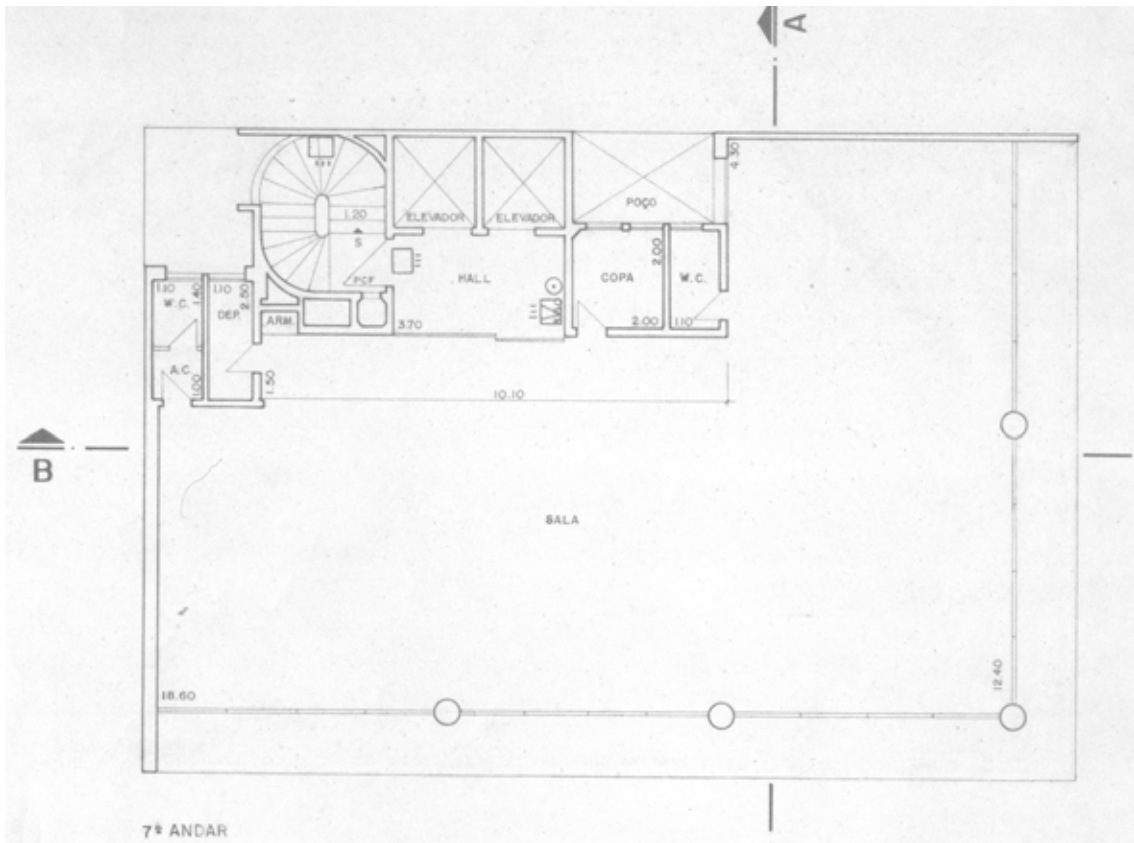
Desenho 15. Planta 4º pavimento



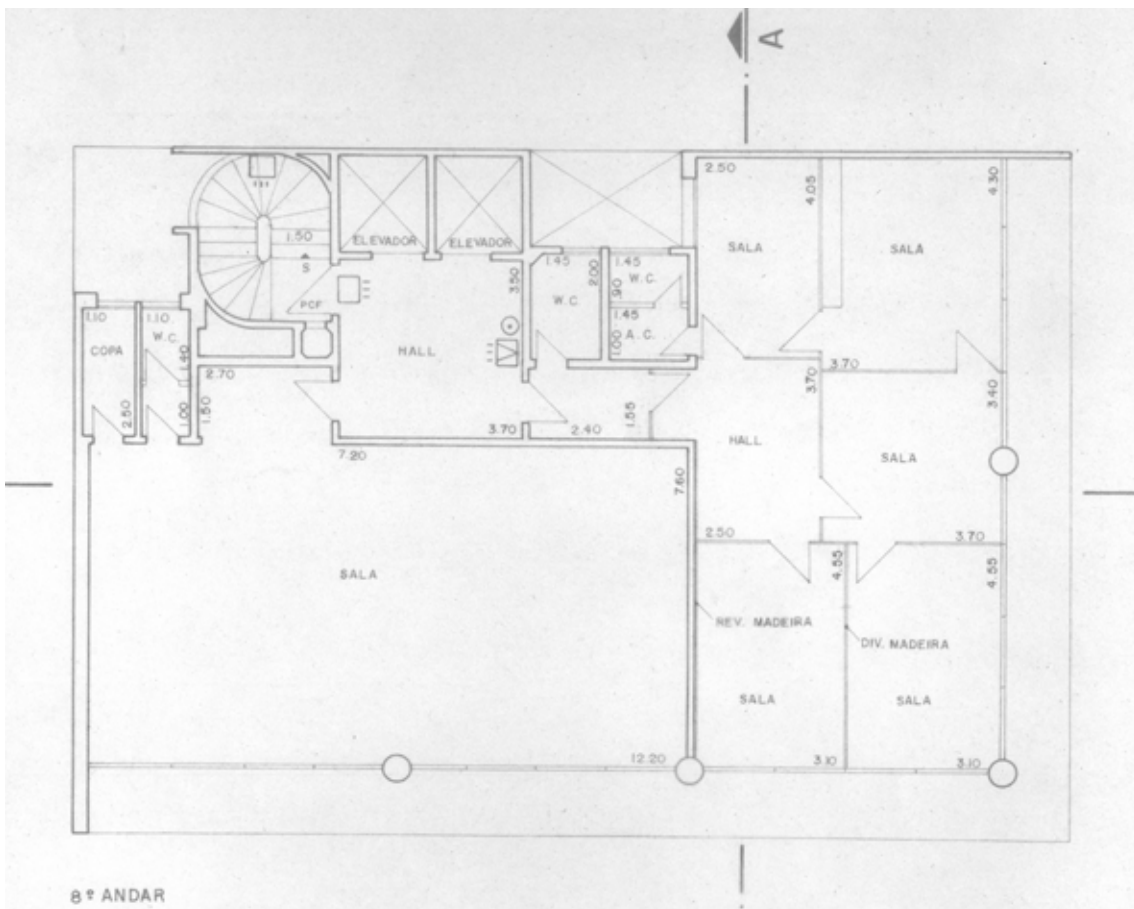
Desenho 16. Planta 5º pavimento



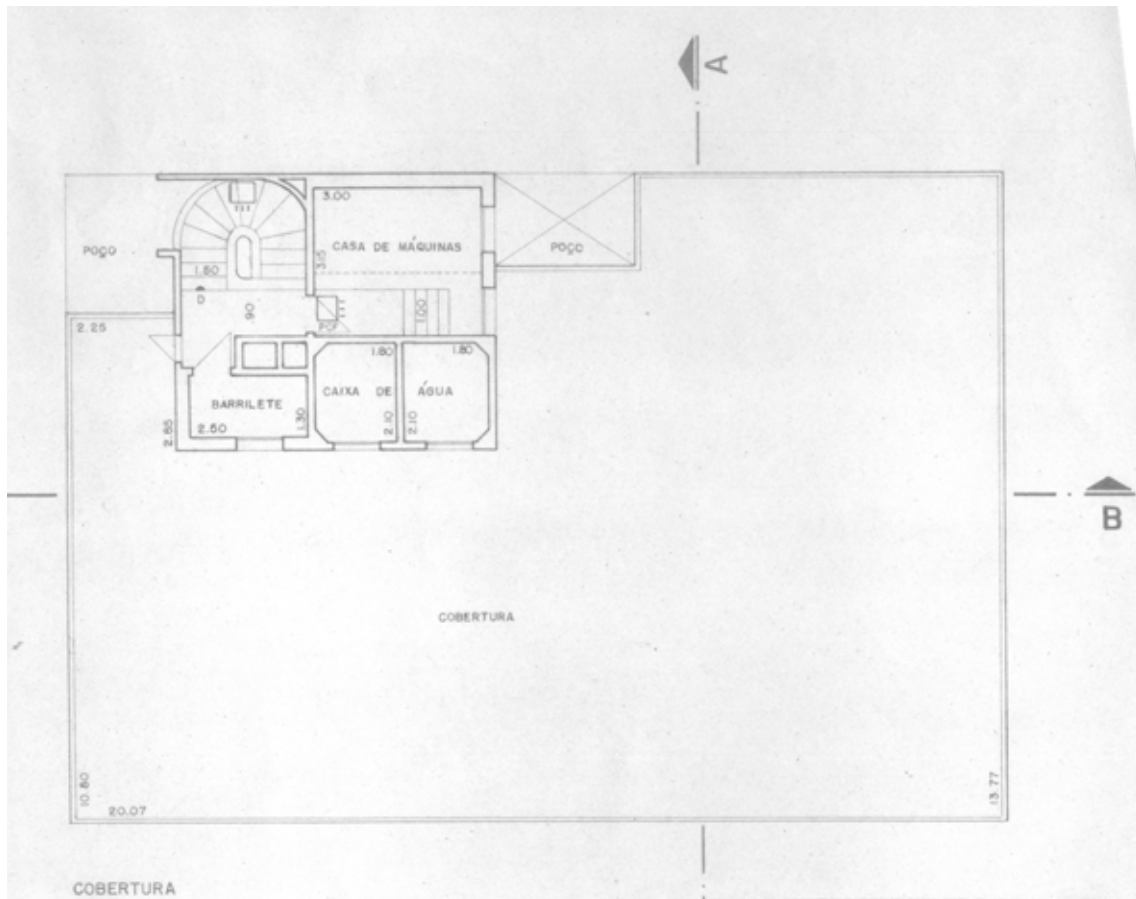
Desenho 17. Planta 6º pavimento



Desenho 18. Planta 7º pavimento



Desenho 19. Planta 8º pavimento



Desenho 20. Planta cobertura

6.2 FOTOGRAFIAS

6.2.1 Antigas



Foto 1. Década de 1950



Fotos 2 e 3. Década de 1950



Fotos 4 e 5. Década de 1950

16-27 JANEIRO

SÃO PAULO - 1954



anais

IV congresso
brasileiro
de arquitetos

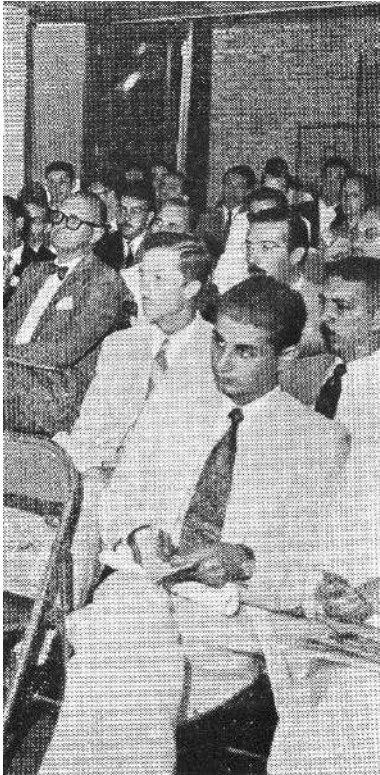




Fotos 6 e 7. IV Congresso Brasileira de Arquitetura, 1954



Fotos 8 e 9. IV Congresso Brasileira de Arquitetura, 1954



Fotos 10, 11, 12, 13, 14. IV Congresso Brasileira de Arquitetura, 1954



Fotos 15 e 16. IV Congresso Brasileira de Arquitetura, 1954



Fotos 17 e 18. IV Congresso Brasileira de Arquitetura, 1954



Fotos 19 e 20. IV Congresso Brasileira de Arquitetura, 1954



Fotos 21 e 22. Mezanino, década 1950



Fotos 23 e 24. Mezanino, década 1950

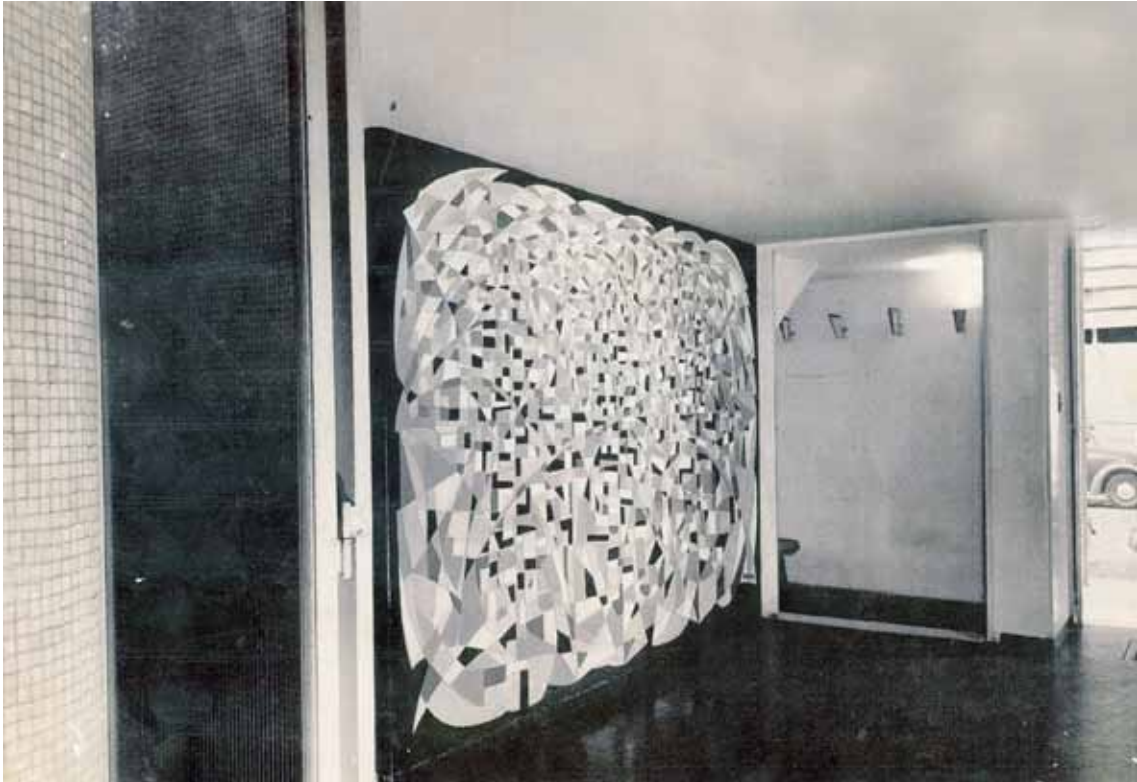


Foto 25. Painel Bandeira, década 1950



Foto 26. Década 1960



Foto 27. Década 1960



Foto 28. Década 1970: Vilanova Artigas



Foto 29 e 30. Almoço Dom Evaristo Arns, 1977

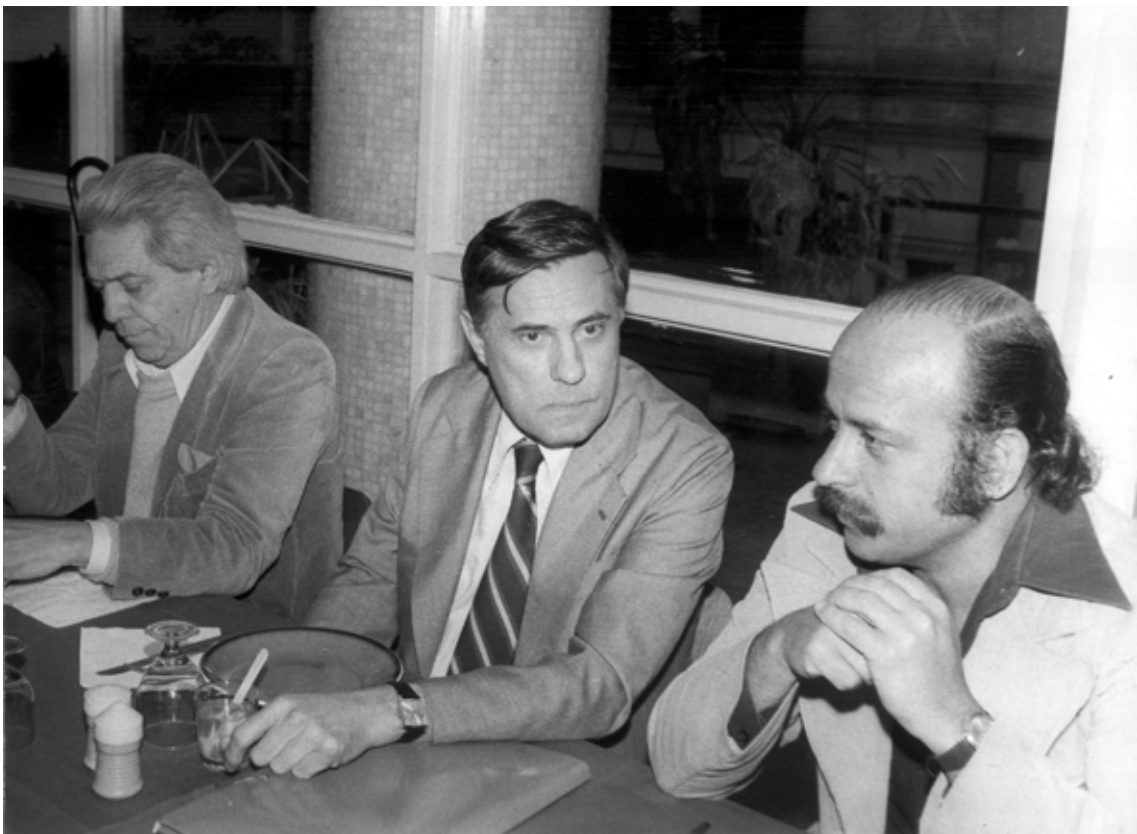


Foto 31 e 32. Almoço Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 1976



Foto 33 e 34. Almoço Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 1976



Foto 35 e 36. Exposição Franz Heep, 1976



Foto 37 e 38. Exposição Franz Heep, 1976

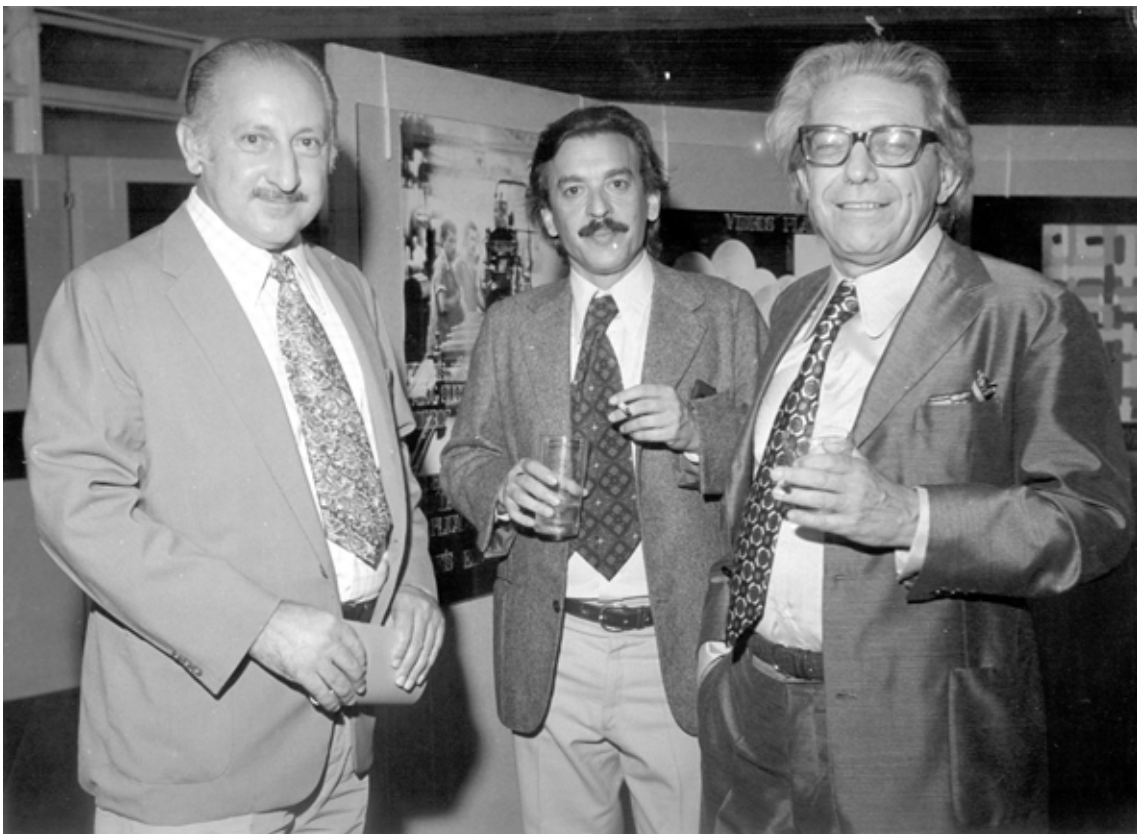


Foto 39 e 40. Homenagem Vilanova Artigas, década 1970



Foto 41 e 42. Homenagem Vilanova Artigas, década 1970



Foto 43 e 44. Homenagem Vilanova Artigas, década 1970



Foto 45. Sala Flávio Império, década 1970



Foto 46. Manfredo Gruenwald, Franz Heep e José Moscardi, 1977



Foto 47 e 48. Palestra Mange, 1977



Foto 49 e 50. Palestra Mange, 1977



Foto 51 e 52. Ano de 1985



Foto 53 e 54. Ano de 1985



Foto 55 e 56. Inauguração do Auditório Eduardo Kneese de Mello, 1989

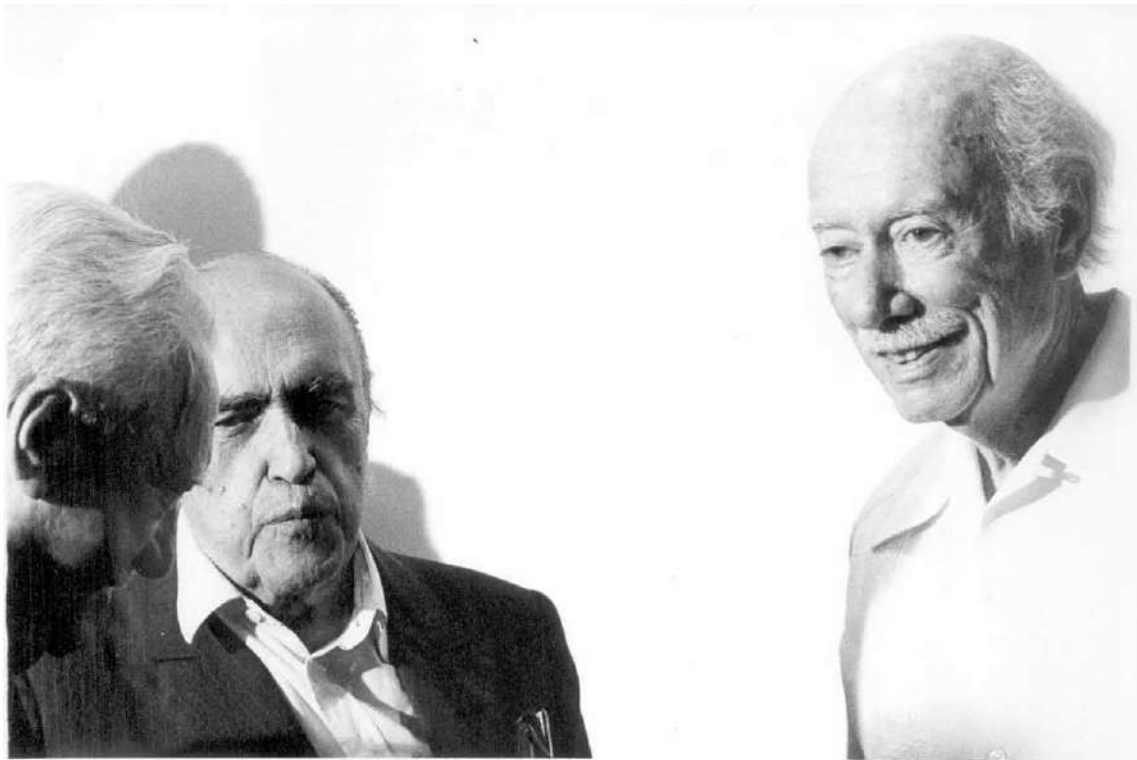


Foto 57 e 58. Inauguração do Auditório Eduardo Kneese de Mello, 1989



Foto 57 e 58. Inauguração do Auditório Eduardo Kneese de Mello, 1989



Foto 59 e 60. Exposição Veneza Nova Arquitetura, 2001



Foto 61 e 62. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 63 e 64. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 65 e 66. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 67 e 68. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 69 e 70. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 71 e 72. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 73 e 74. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 75 e 76. Festa 80 anos IAB, década 2000



Foto 77 e 78. Ano de 2006



Foto 79 e 80. Ano de 2006



Foto 81 e 82. Ano de 2008



Foto 83. Ano de 2008



Foto 84. Exposição 9º Prêmio Jovens Arquitetos, 2009



Foto 85 e 86. Vernissage Margens, 2009



Foto 87 e 88. Ano de 2010



Foto 89. Ano de 2010

6.2.2 Atuais



6.3 TEXTOS

6.3.1 Ata da fundação do IAB-SP



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO

CÓPIA FIEL DA ATA DE FUNDAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

Aos seis dias de Novembro de mil novecentos e quarenta e três, às 20:30 horas, sob a presidência do arquiteto Luiz Anhaia Mello, e representante de S.Excia. o Dr. Interventor Federal em São Paulo, no auditório da Biblioteca Municipal, realizou-se a instalação do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil. Após terem usado da palavra os arquitetos Paulo de Camargo e Almeida, Presidente do I.A.B, que traçou em poucas palavras o programa que deverá ser observado pela novo órgão de classe e deu como instalado o Departamento de São Paulo, e Carlos Alberto Gomes Cardim Filho que saudou os arquitetos cariocas em nome de seus colegas paulistas, falou o engenheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura 5ª Região e Presidente eleito do Sindicato de Engenheiros do Distrito Federal. Esse ilustre engenheiro veio a esta Capital a convite da diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil, integrando a comitiva que esteve para instalar o Departamento de São Paulo. De suas palavras, cuja sensatez causou ótima impressão aos arquitetos presentes, destaca-se o seguinte trecho: "Ainda há muita que trabalhar nesse sentido: assim falta-nos tornar real a consideração e o reconhecimento à verdadeira paternidade dos projetos, cujos autores desaparecem no laboratório interno de muitas empresas grandes ou mesma reduzida envergadura. Preciso se torna retirar do anonimato sem incentivo e trazer à revigoradora luz do dia o nome do modesto profissional cujo esforço na realização da obra, glória e proveito vem dar à empresa contratante". Expôs após que enquanto não aprovado os estatutos definitivos, submetia a estatuto provisório que o Departamento Central remetia, como norma que seria obedecido por todos os Departamentos. Solicitou ao Secretário Eduardo Kneese de Mello que procedesse a leitura: Lidos é feitos ligeiros comentários, o Presidente submeteu a debates da Assembléia, aprovando-o. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente levantou a sessão.

São Paulo, 6 de Novembro de 1943.

(a) **Eduardo Kneese de Mello –Secretário**
(a) **Luiz Anhaia Mello - Presidente**

Seguem as assinaturas:



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO



A mesa que presidiu os trabalhos de instalação do Departamento de São Paulo do IAB, em 6 de novembro de 1943, no auditório da Biblioteca Municipal, a partir da esquerda: Herminio Andrade e Silva (secretário do IAB nacional),

Paulo Carmago de Almeida (presidente do IAB nacional), Luiz Ignácio de Anhaia Mello (Secretário da Viação, representando o interventor Fernando Costa) e Paulo Mendes da Rocha (diretor da Escola Politécnica).

6.3.2 Ata da compra do terreno do IAB-SP

TABELIONATO VEIGA

permanente

Fls. 1

Republica dos Estados Unidos do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO



CIDADE DE SÃO PAULO

CARTORIO D^a. A. GABRIEL DA VEIGA
11.º TABELIONATO

DR. OTAVIO UCHÔA DA VEIGA

TABELIÃO
ANTONIO G. DE SOUZA JUNIOR
OFICIAL MAIOR

RUA SÃO BENTO, 41
TEL. 2-5158 (com ramais)
SÃO PAULO
BRASIL



Escritura de convenção dos coproprietários do Edifício I. A. B.-

Outorgante s) Insituto de Arquitétos do Brasil, Depar-
e) tamento de São Paulo e outros
reciprocamente)
Outorgado s)

Data 28 de Setembro de 1.951

Valor Cr\$.-----

Livro de Notas N.º 1.295 Fls. 15vº

Primeiro traslado de Escritura de convenção dos coproprietários do Edifício I. A. B. -

52 DISTRIBUIDOR
de 1951
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE IMOVEIS
no CLÍNIO CAIADO DE CASTRO
22 de Setembro de 1951

(O Cartório tem cofre a prova de fogo e Caixa-Forte)

ANTONIO G. DE SOUZA JUNIOR
OFICIAL MAIOR
RUA SÃO BENTO, 41
14. 2. 1198 (2/ 1111111)
SÃO PAULO
BRASIL

Antônio

1500
1000

entes e domiciliados nesta Capital, à rua Cafelandia, 121, representados neste ato pelo seu bastante procurador, Dr. Oswaldo Correa Gonçalves, nos termos da procuração lavrada neste cartório, livro de notas nº 1.293, fls. 35; 5º) - Léo Ribeiro de Moraes e sua mulher Maria do Carmo Guimarães Barbosa de Moraes, brasileiros, casados, ele arquiteto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital à rua Henrique Martins 840, representados neste ato pelo seu bastante procurador Dr. Oswaldo Correa Gonçalves nos termos da procuração lavrada neste cartório, livro de notas nº 1.293, fls. 35; 6º) - Companhia Construtora Modulo - Engenharia e Arquitetura, sucessora de L. Contrucci & Milla S.A., conforme alteração arquivada na Junta Comercial de São Paulo, sob o nº 43.102, em 24 de Junho de 1.949, estabelecida à rua 7 de Abril, 282, 7º andar, sala 73, neste ato representada por seus diretores Dr. Ariosto Milla e Atílio Benedetti; 7º) - João Batista Vilanova Artigas e sua mulher Virginia de Camargo Artigas, brasileiros, casados, ele arquiteto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital, à rua Barão de Jaceguay, 1.163, representados neste ato pelo seu bastante procurador Dr. Oswaldo Correa Gonçalves, nos termos da procuração lavrada neste cartório, livro de notas nº 1.293, fls. 35; 8º) - Francisco Beck e sua mulher Alice Hildegard Beck, brasileiros, casados, ele arquiteto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital, à rua Alagoas, 269, apartamento nº 11, representados neste ato pelo seu bastante procurador

DE REGISTRO
FEITO
Franaguá, 360
ORANELI
ERINO
Montealbano
ESIGNADO

Dr. Oswaldo Correa Gonçalves, nos termos da procuração lavrada neste cartório, livro de notas nº 1.293, fls. 35; 9º)- Jakob M. Ruchti, suíço, com sua permanência no país devidamente legalizada, conforme carteira modelo 19, nº 29.000, registro geral nº 551.556, arquiteto, solteiro, maior, residente e domiciliado nesta Capital, à rua Giacomo Garrini, nº 4, representado neste ato pelo seu bastante procurador Dr. Oswaldo Correa Gonçalves, nos termos da procuração lavrada neste cartório, livro de notas nº 1.293, fls. 35; 10º)- Galiano Ciampaglia e sua mulher Yolanda Forte Ciampaglia, brasileiros, casados, ele arquiteto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital, à rua Piauí, 1.207, apartamento nº 22; 11º) - Miguel Forte e sua mulher Laura Henriqueta Fileppo Forte, ele brasileiro e ela italiana, com sua permanência no país devidamente legalizada, conforme carteira modelo 19, de registro geral nº 457.853, ele arquiteto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital, na Praça da República, 77, apartamento 82, neste ato representados pelo seu bastante procurador Galiano Ciampaglia, acima qualificado, nos termos da procuração de 17 de Abril de 1.951, lavrada nas notas do 10º Tabelionato desta Capital, fls. 52, livro 310, cuja certidão me foi exibida e fica arquivada e registrada neste cartório; 12)- Pierre René Resmond, francês, com sua permanência no país devidamente legalizada, conforme carteira modelo 19, nº 39.339, registro geral nº 419.216, e sua mulher Marcelle Georgette Arié Resmond, que também assina Marcelle Georgette Arié, fran-

5.º CARTÓRIO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS DA CAPITAL
Arquivado com o original
Arquivado

5.º
Rua
AD
Rim:
P:



OFICIAL REGISTRO
RUA SÃO BENTO, 41
TEL. 2-5198 (ref. remota)
SÃO PAULO
BRASIL

Quint

cêsa, com sua permanencia no país devidamente legalizada, conforme carteira modelo 19, nº 32.369, registro geral nº 557.139, ele engenheiro e ela de prendas domesticas, residentes e domiciliados no municipio de Capivari, Estado de São Paulo, neste ato representados pelo seu bastante procurador Dr. Rino Levi, nos termos da procuração de 11 de Setembro de 1.951, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Capivari, livro nº 38, fls. 159, cujo traslado me foi exibido e fica arquivado e registrado neste cartório;

13º) - Rino Levi e sua mulher Ivone Arié Levi, êle brasileiro e arquitêto e ela francesa e de prendas domésticas, com sua permanencia no país devidamente legalizada, conforme carteira modelo 19, nº 11.726, registro geral nº 178.199, residentes e domiciliados nesta Capital à rua Belgica, 116;

e 14º) - Eduardo Kneese de Mello e sua mulher Wilma Quintanilha de Mello, brasileiros, casados, êle arquitêto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital, à rua Antonio Bento nº 395; todos meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé. - E, em presença destas testemunhas, pelas partes contratantes, de pleno e comum acordo me foi dito, falando cada um dos presentes por sua vez, que, de acordo com as escrituras públicas lavradas nestas notas, são legitimos senhores e possuidores, em condominio, de um terreno situado à rua General Jardim, esquina da rua Bento Freitas, bem como a estrutura de todas as cousas, dependencias e instalações de fins proveitosos e uso comum do edificio de es-



OFÍCIO DE REGISTRO
IMÓVEIS
de Paranaguá, 360
FIORANELI
INTERINO
é Montealbano
TELEF. N.º 100



critórios, loja e sub-solo que, sob a denominação de " Edifício I: A. B., nesse mesmo foi construído, além dos locais de propriedade exclusiva, que a cada outorgante e reciprocamente outorgado no mesmo edifício pertencem. - E assim sendo, de mútuo e perfeito acordo, ajustaram submeter o mencionado edifício ao regime do decreto federal 5.481, de 25 de junho de 1.928 e as disposições constantes da seguinte " Convenção de Condomínio " que todos se obrigam a respeitar e cumprir. - Convenção de Condomínio : - Clausula Primeira. - Das cousas em condomínio. - As partes de propriedade comum a todos são as do artigo 2º do citado decreto e, muito especialmente: - o terreno, com a área certa de duzentos e setenta e sete metros e quatorze decímetros quadrados (277,14 ms 2.), as fundações, os montantes, as vigas, os pisos em concreto armado, as paredes externas do prédio, as paredes limitrófes do sub-solo, loja e salas de escritórios, assim consideradas as que limitam externamente as dependências de uns e outros, os ornamentos da fachada (exclusive portas de entrada da loja e sub-solo), as escadas, corredores não pertencentes às partes exclusivas, hall de entrada, halls de distribuição, portaria, instalações de água, os encanamentos troncos de entrada e saída de águas pluviais, os fios troncos de eletricidade e todos

5.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA CAPITAL
Centro conc. original
arquivado neste cartório

5.º CAF
Rua Marr
ADEM
OF
Rinaldo
ESCAR

os respectivos que se destinem a servir as dependências de uso comum, dois elevadores, poços de elevadores, compartimentos de máquinas, bombas de elevação, motores e acessórios, calçadas e cobertura do edifício. - Paragrafo

Quero

Primeiro. - As cousas em comum são inalienáveis e indivisíveis, como acessórios indissolavelmente ligadas ao todo do edifício. - Paragrafo segundo - As cousas em comum e as que dizem respeito à harmonia do edifício não podem ser alteradas, retiradas ou substituídas. - Paragrafo terceiro. - Todas as partes em comum, especialmente o hall térreo, os hall dos andares, as escadas, os corredores não pertencentes às partes exclusivas e os elevadores, devem estar sempre limpos e desimpedidos, nada podendo nelas ser depositado ainda que a título provisório. - Quaisquer objetos aí encontrados pelo administrador, serão imediatamente removidos e entregues à seus donos, após o pagamento, por estes, das despesas que a remoção causar. - Paragrafo quarto . - Cada proprietário tem o direito de usar e dispôr das utilidades próprias das cousas comuns durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, seja útil ou não, feriado ou domingo, desde que não prejudique igual direito dos demais proprietários, nem as condições materiais ou o renome do edifício. - Paragrafo quinto . - Quaisquer danos ocasionados nas partes ou instalações de domínio comum por dolo ou culpa de algum dos condôminos ou seu locatário, serão reparados pelo administrador, por conta exclusiva do condômino faltoso. - Cláusula segunda . - Das cousas de propriedade exclusiva. - É permitido a cada proprietário adotar, para as partes de sua propriedade exclusiva, as divisões internas de sua melhor conveniência, bem como modificá-las, desde que não afete a estrutura do prédio nem prejudique o interesse dos demais.

DE REGISTRO
FEIS
Ruanaguá, 360
ORANELI
FERING
Montealbano
RESIL. N. 110

proprietários . - Paragrafo primeiro. - Todas as instalações internas dos locais de propriedade exclusiva são reparadas por iniciativa e conta dos respectivos proprietários, bem assim o " parquet " do assoalho, as portas, janelas, lustres, parelhos sanitários, ramais de canalização de entrada e saída de água e esgoto até o encanamento tronco e todos os demais acessórios. - Paragrafo segundo - Se tais reparações forem suscetíveis de afetar as coisas em comum, somente poderão ser realizadas após consentimento escrito do administrador. - Paragrafo terceiro. - O serviço de limpeza dos locais de propriedade exclusiva e de seus adornos, moveis e guarnições, não deve atingir nem prejudicar as partes em comum, nem os locais exclusivos dos demais proprietários . - É expressamente proibida a limpeza dos tapetes pelo processo da " batedura " . - Paragrafo quarto . - Cada proprietário tem o direito de usar, gozar e dispôr da parte de sua propriedade exclusiva como lhe aprouver, mas de maneira a não prejudicar igual direito dos demais proprietários e a não comprometer a segurança e o bom nome do edificio . - Clausula Terceira . - Das obrigações dos proprietários . - É terminantemente proibido aos proprietários: - a) - mudar a forma externa da fachada do local ou locais de sua propriedade; b) - decorar ou pintar as quadrias externas com tonalidades diversas das do conjunto do prédio, devendo qualquer pintura externa ser feita exclusivamente pelo administrador, após deliberação dos proprietários; c) - afixar cartazes ou anúncios, fa-

5. CARICHO DE ENCARGO
DE IMOVEIS DA CAPITAL
Confere com o original
arquivado neste cartorio

Rua Mar
ADEM
OF
Rinaldo
ESOS



OFICIAL MAIOR
RUA SÃO BENTO, 41
Tel. 2-5158 (2/ramais)
SÃO PAULO
BRASIL

Quin

zer inscrições ou sinais de qualquer natureza na fachada, escadas, corredores e quaisquer outros lugares ou dependências comuns . - É permitida, entretanto, a colocação na porta de cada entrada do conjunto, de escritórios, lojas, de uma placa com o nome do respectivo proprietário ou inquilino, bem assim a correspondente indicação do quadro geral à entrada do edifício, tudo segundo modelo uniformizado, previamente aprovado pelo administrador. - As indicações comerciais da loja, inclusive decoração e letreiros luminosos externos, também necessitam da aprovação previa do administrador; d) - instalar toldos ou semelhantes nas partes externas do edifício, sem prévia aprovação do administrador; e) - usar, alugar ou ceder, no todo ou em parte os locais exclusivos para residencias, clubes de dança, para manifestações ou fins politicos, sociais ou religiosos, jôgo, recreio, escolas, oficinas ou quaisquer outras atividades, que, do uso, cessão ou locação, não resulte prejuizo moral, politico, ou religioso, economico ou financeiro para os co-proprietários; f) - usar alto-falante, rádio, vitrola, ou outro instrumento do mesmo genero, em altura de som que cause incomodo aos demais proprietários; g) - lançar lixo por qualquer outro lugar que não seja o tubo proprio, ou atirar, nas áreas, papeis, pontas de cigarros, e quaisquer detritos; h) - lavar o assoalho, mas somente encera-lo; i) - estender roupas, tapetes ou quaisquer outras peças nas janelas ou outro local; j) - ter ou usar instalação ou material suscetivel de, por qualquer forma,

DE REGISTRO
IVEIS
Paranaguá, 360
CORANELLI
TERINO
Montealbano
DESIGNAÇÃO



afetar a saúde, segurança, socego e tranquilidade dos outros proprietários ou inquilinos, ou de que possa resultar aumento de prêmio de seguro; k) - utilizar-se, sob qualquer pretexto, dos empregados do Edifício, para serviço particular; l) - deixar ou abandonar qualquer torneira aberta, prejudicando o uso normal dos demais condôminos; m) - introduzir ou manter no prédio, animal de qualquer natureza. - Paragrafo primeiro. - Ao I. A. B. é permitido usar, ceder, alugar, no todo ou em parte, os lugares exclusivos de sua sede social, para manifestações artísticas ou culturais, ou outro uso dentro de seus estatutos, programas e suas necessidades, podendo realizar reuniões dansantes apenas destinadas a seus associados, proibidas estão as políticas ou religiosas, menos as áreas da loja e dos porões, destinadas a qualquer fim. - Paragrafo segundo. - Nos contratos de locação, ou na cessão a outrem do uso de qualquer local, o respectivo proprietário deve fazer constar as disposições contidas nesta clausula. - Clausula quarta. - Dos encargos comuns à todos os proprietários. - Constituem encargos comuns a serem suportados por todos os proprietários, na proporção: - a) - os impostos e taxas lançados sobre as partes comuns do imóvel; b) - o prêmio de seguro, com exclusão do valor correspondente às benfeitorias voluntárias de cada proprietário; c) - os ordenados do administrador, zelador, porteiros, cabineiros, e serventes; d) - as despesas de conservação e uso normal das partes e funcionamento das respectivas instalações; e) -

5.º C
Rua M
ADE
Rinal
BAC

3.º CARTÓRIO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS DA CAPITAL
Confere com o original
arquivado em 1.º de 1.º



OFICIAL MAIOR
RUA SÃO BENTO, 41
Tel. 2-3128 (of. ramais)
SÃO PAULO
BRASIL

Amey

as despesas da força elétrica, iluminação e água, correspondente às partes comuns . - Paragrafo único. - O proprietário que aumentar, para seu uso pessoal, as despesas comuns, pagará o excesso correspondente . - Clausula Quinta . - Das decisões dos proprietários . - As decisões dos proprietários serão tomadas em assembleias convocadas por escrito e com três dias de antecedencia, pelo administrador ou por proprietários, representando o minimo de três quartos dos votos totais, devendo a convocação designar dia, local e hora da reunião. - Para a assembleia deliberar validamente em primeira convocação, é necessária, pelo menos, a presença de proprietários que representem percentualmente um minimo de três quartos ($\frac{3}{4}$) do condominio . - Em segunda convocação a Assembleia poderá deliberar com qualquer numero de votos. - Os proprietários podem ser havidos presentes: -
a) - quando se fizerem representar por procurador bastante, munido dos poderes para votar e assumir obrigações; ou
b) - quando enviarem seus votos por escrito, em instrumento autenticado e redigido em duas vias, uma das quais lhes será devolvida pelo administrador, que nela declarará haver recebido a via equivalente . - Paragrafo Primeiro . - As decisões serão tomadas por maioria absolutas de votos e lançadas em livro proprio, rubricado pelo administrador, que o conservará em seu poder, à disposição dos proprietários.
Paragrafo segundo. - Realizar-se-á, anualmente, no mês de fevereiro, uma assembleia ordinária para a aprovação do orçamento e das contas do exercicio anterior. - Paragrafo ter-



ceiro. - A contagem dos votos, para todos os efeitos previstos nesta escritura será feita tendo-se em vista a percentagem com que entram os condôminos no condomínio, ou seja: - 1º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, terá voto equivalente à 40,8%; 2º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Raul Carlos Briquet, terá voto equivalente à 2,6%; 3º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Alfredo Ernesto Becker, terá voto equivalente à 8,0%; 4º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Arnold Pestalozzi, terá voto equivalente à 5,0%; 5º) - O outorgante e reciprocamente outorgado, Dr. Léo Ribeiro de Moraes, terá voto equivalente à 5,6%; 6º) - A outorgante e reciprocamente outorgada, Companhia Construtora Modular - Engenharia e Arquitetura, terá voto equivalente à 5,0%; 7º) - O outorgante e reciprocamente outorgado, Dr. João Batista Vilanova Artigas, terá voto equivalente à 5,6%; 8º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Francisco Beck, terá voto equivalente à 2,6%; 9º) - Os outorgantes e reciprocamente outorgados Drs. Jakob M. Ruchti, Galiano Ciampaglia e Miguel Forte, terão voto equivalente à 0,8% cada um, num total de 2,4%; 10º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Pierre René Resmond, terá voto equivalente à 5,6%; 11º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Rino Levi, terá voto equivalente à 8,4%; e 12º) - O outorgante e reciprocamente outorgado Dr. Eduardo Kneese terá voto equivalente à 8,4%. - Parágrafo quar-

5.º CAR
Rua Marg
ADEM
OFI
Rinaldo
- PSCRE

5.º CARTÓRIO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS DA CAPITAL
Conferir com o original
arquivado no nº 101



OFICIAL MAIOR
RUA SÃO BENTO, 41
Tel. 2-5159 (c/ramala)
SÃO PAULO
BRASIL

Amey

to. - Se, por sucessão, desmembramento, divisão ou outro motivo legal, o direito de voto vier a pertencer, para o mesmo local, a mais de uma pessoa, estas terão direito à voto proporcional à percentagem que houverem no condomínio.-

Paragrafo quinto. Os proprietários atrasados no pagamento das respectivas quotas de despeza não podem tomar parte nas deliberações e seus votos serão excluidos do conjunto da maioria . - Paragrafo sexto - Constituem objeto de deliberação: - a) - o orçamento anual, baseado em valor razoavel segundo os usos locais, para fixação dos ordenados e das despesas; b) - o exame das cartas apresentadas pelo administrador, dentro de trinta dias seguintes ao encerramento de cada ano civil; c) - as medidas de ordem administrativa, ou de disciplina, a serem executadas pelo administrador; d) - as demais matérias a que se refere a presente convenção de condominio . - Clausula Sexta . - O valor total das despesas mensais será dividido pelo numero de metros quadrados de cada proprietário e o seu correspondente percentual fixado na clausula quinta, paragrafo terceiro, devendo o condominio pagar a parte correspondente. - Paragrafo primeiro . - Os serviços de que não desfrutarem alguns dos condominos, como os dos elevadores de uso extranho ao Instituto de Arquitétos do Brasil, serão pagos proporcionalmente e em função das percentagens fixadas no paragrafo primeiro da clausula quinta, pelos condominos que dos mesmos se utilizarem . - Paragrafo segundo . - O administrador remeterá à cada proprietário, até o quinto dia util seguinte



REGISTO
IS
Inaguá, 360
RANELI
BRINO
Montebano
SIGN. 100



te ao mês findo, uma relação das despesas gerais, indicando a quota que lhe cabe pagar . - O proprietário tem o prazo de cinco dias, contados do recebimento da conta, para examiná-la e para verificar os respectivos comprovantes em mãos do administrador . - Findo esse prazo, a conta se considera automaticamente aprovada e, se ainda não paga, vendida e em mora, incidindo em juros à razão de dez por cento (10%) ao ano e, mais, na multa de dez por cento (10%) sobre o valor devido . - Se der causa a cobrança judicial, o proprietário em atraso também responderá pelos honorários de advogado . - A reclamação que porventura apresentar dentro do prazo acima, será atendida ou recusada pelo administrador dentro de vinte e quatro horas, em resposta por escrito e fundamentada . - Paragrafo terceiro . - Cabe recurso, dentro das vinte e quatro horas seguintes, para a assembleia dos condôminos, da decisão denegatória da reclamação . - O recurso só será conhecido se o reclamante recorrente depositar, em mãos do administrador, o total do débito que lhe for atribuído . - Paragrafo quarto . - As decisões tomadas pela assembleia obrigam o recorrente e a todos os condôminos, defesa a interposição de recursos que versem assuntos já discutidos, votados e aprovados . - Paragrafo quinto . - Negado provimento aos recursos, a conta impugnada considerar-se-á legítima, vendida e exigível, sendo lícito aos condôminos pelo seu administrador, cobrar-se de seu haver, mediante embolso do depósito prévio . - Clausula sétima . - Fica constituído um

5.º C.
Rua Mr
ADEM
Rinaldi
PSCB

5.º CARRIÓRIO DE REGISTRO
B. PROVIS DA CAPITAL
Confere com o original
arquivado no setor



ANTONIO G. DE SOUZA JUNIOR
OFICIAL MAIOR
RUA SÃO BENTO, 41
Tel. 9-2159 (of. ramal)
SÃO PAULO
BRASIL

amyl

fundo de reserva de sessenta mil cruzeiros (Cr\$.60.000,00)
a constituir-se mediante a cobrança de uma taxa de dez por
cento (10%) sobre o total do débito relativo às despesas
coletivas . - O fundo é intangível e, dele só poderão dis-
pôr os condôminos depois de integralmente constituído . -
Será depositado sob a denominação " Condomínio do Edifício
I. A. B. ", em estabelecimento bancário idôneo, em conta
vinculada especial . - Clausula oitava . - Do Administra-
dor . - Aos proprietários compete nomear, pelo prazo que
indicarem, um administrador, que será, ou não, um deles,
podendo, ainda, a escolha, recair em firmas ou empresas es-
pecializadas, mediante contrato . - Ao administrador nomea-
do outorgar-se-á regular mandato, assinado por proprietá-
rios que representem a maioria dos votos . - Paragrafo pri-
meiro . - Compete ao administrador: - a) - representar
a massa dos condôminos em juízo, ativa ou passivamente, bem
assim, perante as repartições públicas federais, estaduais
ou municipais e terceiros em geral; b) - nomear e despe-
dir o zelador, os porteiros, os cabineiros e serventes,
fixando-lhes os vencimentos de acordo com o orçamento anual;
c) - distribuir os serviços dos empregados e fiscaliza-los,
de acordo com o regulamento interno que elaborará, submeten-
do-o à deliberação dos proprietários; d) - receber as quo-
tas mensais ou outras contribuições dos proprietários, dan-
do-lhes a devida aplicação; e) - ordenar as obras necessá-
rias, dependendo de aprovação prévia dos proprietários sem-
pre que excederem de dois mil cruzeiros (Cr\$.2.000,00);

de
da
ga
do

DE REGISTRO
IVEJS
Paranaguá, 360
IORANELI
TERINO
Montealbano
DESIGNADO

Veja
siga
culo

salvo em casos de estrita urgencia; f) - manter em seu poder o livro de deliberações e comprovantes das despesas, à disposição dos proprietários; g) - cumprir as deliberações que os proprietários tomarem de conformidade com a presente convenção; h) - manter um serviço permanente de portaria, estabelecendo uma vigilancia continua em todo o Edificio, por forma a manter socego,segurança e respeito aos bons costumes . - Clausula Nona . - Do seguro . - É obrigatório o seguro do predio contra os riscos de incendio, raio, terremoto, ciclone e outros,abrangendo a totalidade do edificio, e em Companhia de absoluta idoneidade, a juizo da maioria dos proprietários . - Paragrafo primeiro . - O seguro será feito por um valor total,mas,nas respectivas apólices, serão destacados os valores das partes de propriedade exclusiva dos das partes de propriedade comum . - Paragrafo segundo . - Incluir-se-ão, na apólice, as seguintes condições: - a) - a seguradora obriga-se a reconstruir diretamente, por sua ordem e custo, o imovel segurado , em caso de sinistro, salva a hipótese prevista na letra "c" deste parágrafo; b) - a reconstrução será iniciada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de entrega do imóvel pela policia, ou do sinistro em não se verificando a intervenção desta; c) - se, definitivamente, o prédio não puder ser reconstruido por impedimentos impostos pelos poderes públicos, o seguro será então, liquidado em dinheiro e os direitos de cada proprietário se exercerão de novo sobre o terreno, na proporção estabelecida na escritura de

5.º CARTÓRIO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS
DA CAPITAL
CONFERE COM O ORIGINAL
ARQUIVADO NESTE CARTÓRIO

5.º C
Rua M
ADE
RINALDI
RSC



OFICIAL MAIOR
RUA SÃO BENTO, 41
Tel. 2-2158 (3/ramada)
SÃO PAULO
BRASIL

Peny

compra . - Paragrafo terceiro . - É licito à cada proprietário aumentar o seguro correspondente à sua parte de propriedade exclusiva, para cobrir benfeitorias que haja feito . - Nesse caso pagará o acrescimo do premio, liquidando a correspondente parte de indenização, em caso de sinistro, diretamente junto à companhia seguradora. - Disposições Gerais . - Clausula Décima . - A presente convenção só poderá ser alterada por decisão de três quartos (3/4) de votos de proprietários, manifestada em regular deliberação. - Clausula Décima Primeira. - O edificio se denominará " I. A. B. " . - Clausula Décima Segunda . - O administrador do Edificio será nomeado por prazo indeterminado, podendo o mesmo ser distituido dessas funções, pelo voto de 3/4 (três quartos) dos proprietários e aviso prévio de sessenta dias . - Ao administrador conferirão, os condminos, regular mandato . - Paragrafo único . - Uma vez nomeado, o administrador do condominio deverá elaborar e submeter à aprovação dos proprietários o regulamento interno do edificio . - Clausula Décima Terceira . - Todos os proprietários-condminos se obrigam, por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer titulo, ao fiel cumprimento de todas as clausulas e condições da presente convenção, bem como, em caso de alienação, a fazer constar na respectiva escritura, esta mesma convenção, tornando-a obrigatória para o adquirente . - O infringente fica sujeito ao pagamento da multa compulsória de Cr\$.1.000,00 (hum mil cruzeiros), alem das perdas e danos que causar . - Presentes ao ato: - a.)-



DE REGISTRO
IVEIS
Paranaguá, 360
ORANELI
TRINHO
Montealbano
DESIGNADO



o Dr. Icaro de Castro Mello e sua mulher Zilah Carvalho de Castro Mello, brasileiros, casados, ele arquiteto e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados na rua José Maria Lisboa 1.333, nesta Capital; e b) - Carlos Pinto Ferreira Junior, português, com sua permanência no país devidamente legalizada, conforme carteira modelo 19, nº 2.030, registro geral nº 114.113, assistido de sua mulher Iracema Ferreira, de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta Capital, na Avenida Nove de Julho, 4.109, todos de mim conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé; pelos mesmos foi-me declarado, perante as mesmas testemunhas, que portadores como são, de direitos pessoais atinentes à partes do " Edifício I.A.B. " e seu terreno, na qualidade de portadores desses direitos e intervenientes, declaravam que estavam de pleno acordo com tudo o que nesta escritura foi disposto, obrigando-se, como contratantes, por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer titulo. - É eleito o fôro desta Capital de São Paulo, com a renuncia de outros, para qualquer ação ou medida judicial fundada na presente escritura, e escolhida a ação executiva para a cobrança das quotas devidas pelos proprietários. - Finalmente, por todos os outorgantes e outorgados, reciprocamente, me foi dito que aceitavam a presente escritura em todos os seus termos e atos. - Os outorgantes e reciprocamente outorgados dão ao contrato de convenção dos coproprietários do edifício " I. A. B. ", o valor de Cr\$.10.000,00 (dez mil cruzeiros). - Assim o

5.º CARTÓRIO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS DA CAPITAL
Conteúdo com o original
arquivado neste cartório

E. L. L.
Rua ...
ABE ...
OFIC
Rinaldo ...
PSCREV

diáram, do que dou fé; pediram-me e lhes lavrei esta es-
critura hoje à mim distribuída, a qual feita lhes li em pre-
sença das testemunhas, e, por acharem-na conforme, a outor-
garam, aceitaram e assinam com ditas testemunhas, que são:-
Ary Rhormens, casado, e Nelson Correa da Fonseca, solteiro,
maior, ambos brasileiros, do comercio, residentes e domicilia-
dos nesta Capital e meus conhecidos . - Eu, Waldomiro de Oliveira,
ajudante habilitado, a escrevi, sob minuta . - Eu, O. Uchôa da Veiga,
Tabelião, a subscrevo . -
(a.a.) Oswaldo Arthur Bratke . - Oswaldo Correa Gonçalves . -
Ariosto Milla . - Atilio Benedetti . - Galiano Ciampaglia . -
Yolanda Forte Ciampaglia . - Rino Levi . - Yvonne Arié Levi . -
Eduardo Kneese de Mello . - Wilma Quintanilha de Mello . -
Icaro de Castro Mello . - Zilah Carvalho de Castro Mello . -
Carlos Pinto Ferreira Jor. . - Iracema Ferreira . - Ary Rhormens . -
Nelson Correa da Fonseca . - (Coladas e devidamente inutilizadas
estampilhas federais na importancia total de Cr\$.51,50 (cinquenta e
um cruzeiros e cinquenta centavos) inclusive a taxa de educação e
saude, estaduais na importancia de Cr\$.152,50 (cento e cinquenta e
dois cruzeiros e cinquenta centavos), referentes à taxa de emolumentos,
verba e distribuição e ainda mais Cr\$.201,30 (duzentos e um cruzeiros e
trinta centavos) da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça do
Estado de São Paulo) . - NADA MAIS e dou fé. -
Trasladada na data retro . - Datilografada por Alceu Rosari. -
Eu, O. Uchôa da Veiga, Tabelião, o conferi, subscrevo e as-

REGISTO
Inaugura, 360
RANELI
ERING
Montebano
SACINADO

6.3.3 Ata do julgamento do concurso

Ata de julgamento do Concurso de Anteprojeto para a construção da Sede do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil. A Comissão encarregada de julgar o concurso de anteprojeto para a construção da sede do Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil, tendo se reunido nos dias 23 e 24 de outubro de 1946 na sala 412 do edifício, 337 da Rua D. José de Barros, examinou os treze trabalhos apresentados que, digo, resolveu, por unanimidade, recomendar para o estudo e elaboração do projeto definitivo os arquitetos **Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti, Galiano Ciampaglia, Zenon Lotufo, Abelardo de Souza e Helio Duarte**, autores das três soluções que mais soma de qualidade reuniram. Assim decidindo pensa a Comissão ter encontrado a forma de julgamento que melhor corresponde as finalidades e condições do concurso aberto. Pela distribuição, localização e articulação dos elementos constituídos da planta, os anteprojetos dos arquitetos **Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia** atendem melhor as necessidades do programa. Por outro lado o projeto dos arquitetos **Zenon Lotufo, Abelardo de Souza e Helio Duarte**, sem resolver essas questões com a mesma clareza, apresenta, entretanto, plasticamente mais qualidades. A indicação dos arquitetos mencionados para em conjunto estudarem o projeto de definitivo, conduzirá fatalmente a uma solução melhor, solução em que todos os problemas fiquem resolvidos dentro do espírito que orienta a arquitetura contemporânea. Finalmente, a Comissão, lavrando a iniciativa do presidente arquiteto Eduardo Kneese de Mello, congratula com os arquitetos que participaram do concurso fazendo ressaltar o apreciável nível técnico apresentado pelos trabalhos em geral.

São Paulo, 24 de outubro de 1946

Helio Uchôa

Oscar Niemeyer

Firmino Saldanha

Ata de julgamento do Concurso de Ante-projetos para a construção da sede do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil.

A comissão encarregada de julgar o concurso de ante-projetos para a construção da sede do Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil, tendo se reunido nos dias 23 e 24 do corrente na sala 412 do edifício no. 337 da Rua D. José de Barros examinou os treze trabalhos apresentados e, depois, resolveu, por unanimidade, recomendar para o estudo e elaboração do projeto definitivo os arquitetos Nino Levi, Roberto Berqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Puchti, Gagliano Ciampaglia, Leonor Lotufo, Abelardo de Souza e Helió Duarte, autores das tres soluções que em sua soma de qualidades reuniram. Assim decidido, pensa a comissão ter encontrado a forma de julgamento que melhor corresponde às finalidades e condições do concurso aberto. Pela distribuição, localização e articulação dos elementos constitutivos da planta, os ante-projetos dos arquitetos Nino Levi, Roberto Berqueira, Miguel Forte, Jacob Puchti, Gagliano Ciampaglia atendem melhor as necessidades do programa. Por outro lado o projeto dos arquitetos Leonor Lotufo, Abelardo de Souza e Helió Duarte, sem resolver essas questões com a mesma clareza, apresenta, entretanto, plasticamente mais qualidades. A indicação dos arquitetos mencionados para seu conjunto estudarem o projeto definitivo, conduzirá fatalmente a uma solução melhor, solução em que todos os problemas fiquem plenamente resolvidos dentro do espírito que orienta a arquitetura contemporânea. Finalmente, a comissão, louvando a iniciativa de pre-

Presidente Eduardo Kneese de Mello, congratula-se
com os arquitetos que participaram do concurso
fazendo resaltar o apreciavel nivel tecnico a-
presentado pelos trabalhos em geral.

São Paulo, 24 de Outubro de 1946.

Helio Bage Uchôa fiscal canti

~~Osca~~

Osca Kneese Filho

Fernando de Sá Almeida e Sá

6.3.4 Resolução do tombamento do Condephaat



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SC. 41 DE 17 DE JANEIRO DE 2002.

**Dispõe sobre o tombamento
do edifício-sede do Instituto
dos Arquitetos do Brasil –
Departamento de São Paulo**

O Secretário da Cultura, no uso de suas atribuições legais nos termos da artigo 1º. do Decreto-Lei nº. 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº. 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 a 149 permanecem em vigor por força do artigo nº. 187 do Decreto 20.955, de 1º. de junho de 1983, considerando que:

- o edifício-sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo resulta do esforço conjunto de um grupo de arquitetos comprometidos com a implantação e a difusão dos princípios da arquitetura moderna em nosso meio, num momento marcado, no imediato pós-guerra e após o regime ditatorial de Getúlio Vargas, pelo clima de "redemocratização" do país e do "ressurgimento" paulista;
- o edifício foi projetado em 1946-1947 por três equipes de arquitetos paulistas formadas por Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar; Jacob Ruchti, Miguel Forte e Galiano Ciampaglia; Abelardo de Souza, Hélio Duarte e Zenon Lotufo, selecionadas por concurso julgado por Oscar Niemeyer, Hélio Uchôa e Firmino Saldanha e, além de manifestar uma síntese do que havia de mais progressista no repertório da arquitetura moderna brasileira de então, incorporou uma série de obras de arte de indubitável valor de autoria de Alexander Calder, Antônio Bandeira, Bruno Giorgi e Ubirajara Ribeiro;
- o edifício alcançou com o tempo um significado simbólico como palco e fórum permanente de lutas sociais pela justiça e liberdade e pela melhoria das condições da profissão do arquiteto;

RESOLVE

Artigo 1º - Fica tombado como bem cultural o edifício-sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, situado à Rua Bento Freitas, 306, nesta capital;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 2º - Neste tombamento incluem-se as seguintes obras de arte incorporadas ao edifício: o mural do saguão de entrada de autoria de Antônio Bandeira; o móvel denominado "The Black Widow" de autoria de Alexander Calder suspenso no teto do pé-direito duplo do primeiro andar; o mural de autoria de Ubirajara Ribeiro localizado junto ao bar e a escultura atribuída a Bruno Giorgi que se encontra nos escritórios do instituto no quarto andar;

Artigo 3º - As intervenções na área envoltória do presente bem ficam isentas de restrições por parte do CONDEPHAAT, devendo atender as posturas municipais estabelecidas para a área;

Artigo 4º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da estado de São Paulo - CONDEPHAAT autorizado a inscrever o presente ato no livro de Tombo competente para os devidos efeitos legais;

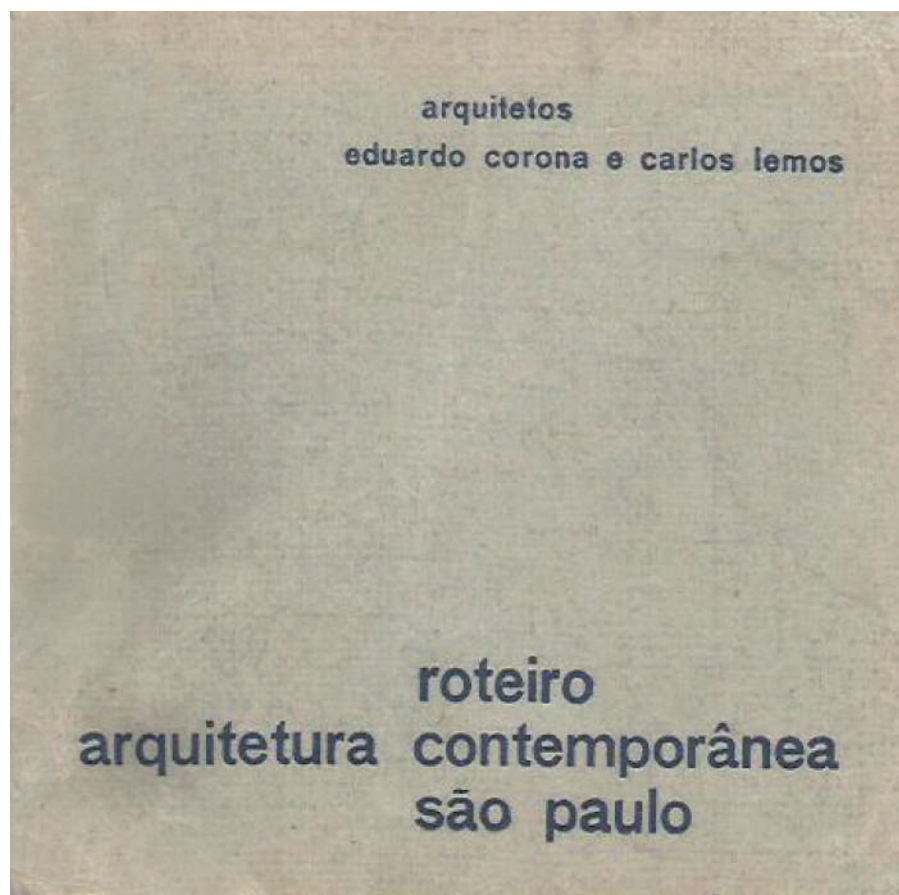
Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, AOS 17 DE JANEIRO DE 2002.


MARCOS MENDONÇA
Secretário da Cultura



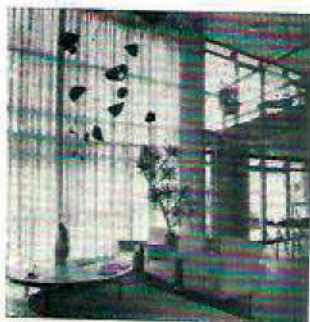
6.3.5 Roteiro de Arquitetura Contemporânea - 1962



Instituto de Arquitetos

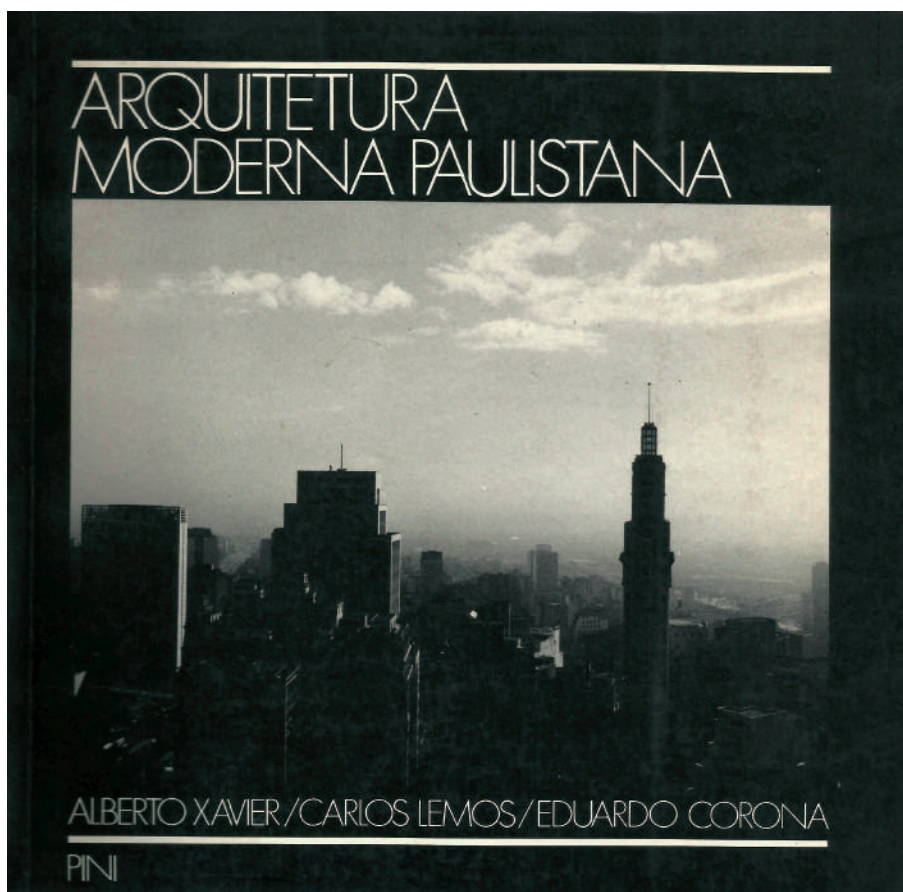
arqs. Abelardo de Souza, Galiano Campaglia,
Helio Duarte, Jacob Ruchti, Rino Levi, Roberto C. Cesar e
Zenon Lotufo

1946
Rua Bento Freitas, 306 Centro



O edifício que abriga a instituição dos arquitetos, o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, contendo ainda escritórios nos vários andares. Foi a equipe autora do projeto formada de todos os concorrentes no concurso de projetos feito na época, por sugestão da Comissão Julgadora composta dos arquitetos Oscar Niemeyer, Helio Uchôa e Firminio F. Saldanha do Rio.

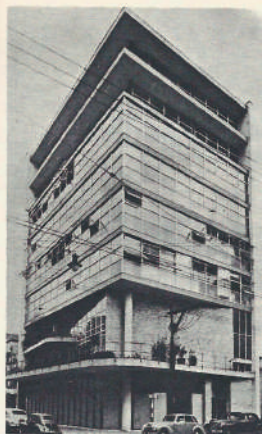




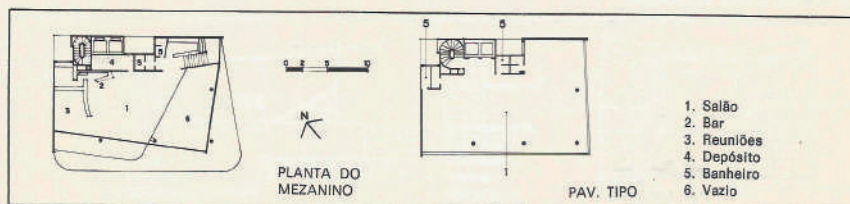
EDIFÍCIO-SEDE DO IAB / 1947

RUA BENTO FREITAS, ESQ. MAJOR SERTÓRIO / VILA BUARQUE
 ARQUITETOS: ABELARDO DE SOUZA, GALIANO CIAMPAGLIA, HÉLIO DUARTE, JACOB RUCHTI, RINO LEVI,
 ROBERTO CERQUEIRA CESAR E ZENON LOTUFO

17



Resultado do particular esforço desenvolvido pelo Departamento de São Paulo do IAB, no sentido de construir sua sede própria, foi este edifício concebido por grande equipe de arquitetos responsáveis pelos projetos considerados de melhor qualidade, quando do concurso havido em 1947, julgado por Oscar Niemeyer, Hélio Uchôa e Firmino Saldanha. Compreende o prédio um subsolo, térreo com loja, andar duplo para sede do IAB — com salão de reuniões e restaurante, cuja inter-relação espacial se expressa externamente — e seis andares de escritórios, com subdivisão facilitada pela estrutura independente das fachadas e pela localização dos sanitários. Apesar do recuo obrigatório dos dois últimos andares, a volumetria do edifício preserva o necessário enquadramento, com a manutenção das lajes numa mesma prumada. Um painel de Antônio Bandeira no hall de entrada, enriquece o conjunto.



Architectural Guide Brazil

Laurence Kimmel, Bruno Santa Cecilia
and Anke Tiggemann

DOM
publishers



Edifício Copan «

Av. Ipiranga, 200
Oscar Niemeyer
1951–1966

028 E



Edifício Copan is a symbol, or even more the icon of São Paulo's urban growth in the 1950s. It is 140 metres tall, 32 floors high, and is so big it's got its own postal code. The sinuous form of the building is also a resumé of Niemeyer's baroque style. He wrote: "It is not the right angle that attracts me, nor the straight line, hard and inflexible... what attracts me is a free and sensual curve..." (Niemeyer, 1998). The graphical solar shades serve as sunscreens, and emphasise the undulating façade. The original project by the Companhia Pan Americana de Hotéis included this residential building of 30 floors and a hotel. Only the residential building has been built. Both buildings had to be connected by a canopy with garages, cinema, theatre and shops. The ground floor is today a network of galleries with shops, restaurants, a nice coffee shop, and a cinema that was

once a church, the *Renascer em Cristo*. It's a rare example of a public space on the ground floor of a residential building that works. It's like a microcosm in the middle of the quite poor centre of the city. From these corridors, you can reach one of the 20 elevators of the different blocks (*bloco*) of the building. The design of the entrances is original. Today, the Copan building has 1,160 apartments distributed in six blocks, and has more than 2,000 residents. You can visit empty apartments. Just ask at one of the *blocos* in the evening.

IAB SP «

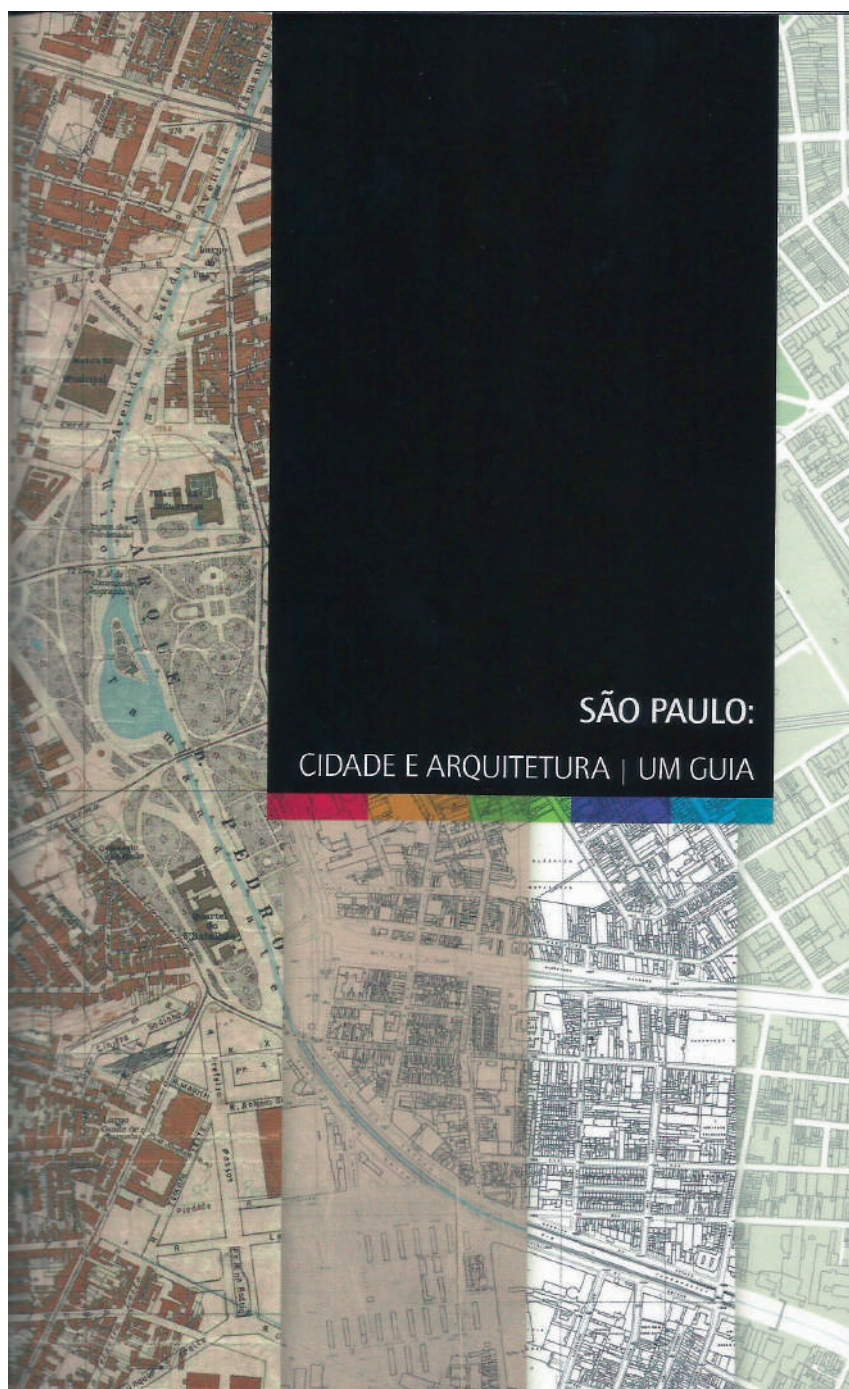
029 E

R. Bento Freitas, 306
Various architects
1947–1951



This building for the IAB, the Instituto de Arquitetos do Brasil is important in the history of Brazilian architecture, and is also the incarnation of the voice of the country's architects. The headquarters of the IAB for the section of São Paulo was conceived by a team of architects. The name of Rino Levi remains as lead architect of the building. His rationalist buildings have simple volumes and an evident structure. He followed the development of the Instituto de Arquitetos do Brasil, of which he was an active member throughout his life. The team of architects—which included Rino Levi, Abelardo de Souza, Helio Duarte, Jacob Rutchi, Zenon Lotufo and Galiano Ciampaglia—conceived a mix of traditional building with party walls (that are still waiting for neighbouring buildings) and an array of platters on columns, following Le Corbusier's principles of modern architecture. The upper part presents a rationalist series of platters, closed by rigorous squared glass façades. The lower part, that is in fact the pilotis area, can receive free forms and volumes, like the oblique wall, the protruding mezzanine and the round-shaped floors. The whole respects a traditional tripartition of the façade as base, main part and attic. Nowadays, it also houses Paulo Mendes da Rocha's office, and the best architecture bookshop of São Paulo on the ground floor.





EDIFÍCIO IAB - SP

Em concurso para a construção da sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, foi proposto que os três finalistas fossem transformados em um só projeto. O desenvolvimento ocorreu no escritório de Rino Levi, com participação do grupo de Miguel Forte. O terceiro grupo, por diferenças conceituais, manteve-se à margem. Desse trabalho, resultou um edifício de linhas esbeltas, moderno, com novos conceitos arquitetônicos e inovações tecnológicas.

Implantado numa área em expansão, o prédio foi ocupado por importantes escritórios de arquitetura, como os de Rino Levi, Miguel Forte, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha. No subsolo, funcionava o Clubinho dos Artistas. Atualmente está em péssimo estado de conservação.

M2 DB

Autoria: Rino Levi, Roberto C. César, J. Ruchti, M. Forte, G. Ciampaglia, A. de Souza, H. Duarte e Z. Lotufo **Data:** 1946-50 **Visitação:** Seg. a sex., 9h às 18h **Localização:** R. Bento Freitas, 306, Vila Buarque **Tel.:** 3259-6866